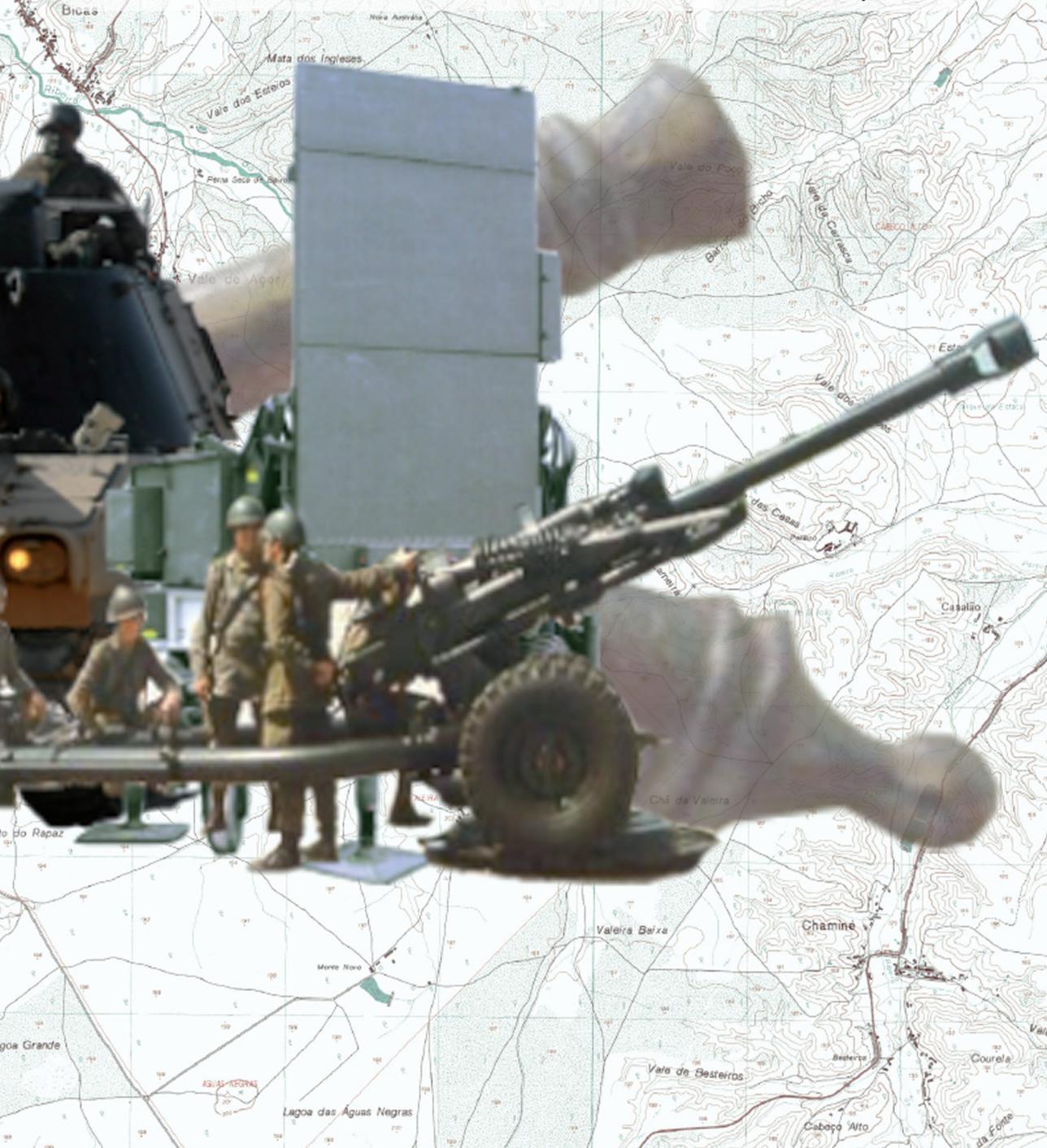




REVISTA DE ARTILHARIA

N.º 1073 A 1075 – JANEIRO A MARÇO DE 2015



REVISTA DE ARTILHARIA

SUMÁRIO:

	Págs.
EDITORIAL	3
<i>Pelo Major-General Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira.</i>	
MEMÓRIAS DA ARTILHARIA PORTUGUESA "CORONEL JOSÉ NUNES GONÇALVES 1859/1917"	7
<i>Pelo Capitão de Artilharia Tiago Soares de Castro.</i>	
O CORPO DA ARTILHARIA PESADA INDEPENDENTE - 2.ª PARTE	19
<i>Pelos Coronel de Artilharia Carlos Alberto Borges da Fonseca e Tenente de Artilharia João Pedro Martins Pereira.</i>	
DOUTRINA E EMPREGO DA ARTILHARIA DEFESA AÉREA E GESTÃO DO ESPAÇO AÉREO	33
<i>Pelo Capitão de Artilharia Orlando Raul Marques Moita Rodrigues Rebelo.</i>	
OS ARTILHEIROS PORTUGUESES EM MISSÃO – RELATO DE EXPERIÊNCIAS E DESEMPENHO EUROPEAN UNION TRAINING MISSION IN SOMALIA (EUTM-S)	43
<i>Pelo Major de Artilharia Luís Miguel Claro Sardinha.</i>	
ESPAÇO ACADÉMICO, TÉCNICO E CIENTÍFICO CALIBRE REDUZIDO – O PASSADO CADA VEZ MAIS PRESENTE	57
<i>Pelos Tenentes de Artilharia Ricardo Valpaços Dias, Luís Miguel de Melo Batista Nunes e João Paulo Martins Silva.</i>	
ESPAÇO DE CULTURA E HISTÓRIA MILITAR EVOLUÇÃO CONCEPTUAL: CAMPO DE BATALHA VS AMBIENTE OPERACIONAL	67
<i>Pelo Major de Artilharia Vítor Manuel Ferreira Lopes.</i>	
NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA	75
NOTÍCIAS DO RAAA 1	75
NOTÍCIAS DO RA 4	78
NOTÍCIAS DO RA 5	79
NOTÍCIAS DO QUARTEL DA ARTILHARIA DA BRIGADA MECANIZADA	81
NOTÍCIAS DO GAC/BrigMec	82
NOTÍCIAS DA BtrAAA/BrigMec	83
NOTÍCIAS DO RG 3	84
NOTÍCIAS DA ESCOLA DAS ARMAS	85
PARTE OFICIAL	I

EXPEDIENTE

Toda a correspondência relativa à Revista deve ser dirigida para "REVISTA DE ARTILHARIA, CAMPO DE SANTA CLARA, 62 – 1100-471 LISBOA".

TELEFOS.: Militar: 423 334 – Civil: 21 888 01 10.

CORREIO ELECTRÓNICO: sede.revista.artilharia@gmail.com

ASSINATURAS

PORTUGAL, MACAU e ESPANHA: Sócios assinantes – Anual, € 12,00; Avulso, € 3,00; Restantes Países: Anual, € 17,00; Avulso, € 4,50. Via aérea – O preço da assinatura é acrescida do respectivo porte.

AVISO: A Administração da revista solicita a participação imediata de qualquer mudança de situação ou residência.

CAPA: GAC/BrigMec.



www.facebook.com/revista.artilharia



REVISTA DE ARTILHARIA

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

PUBLICAÇÃO INICIADA EM JUNHO DE 1904

2.^a SÉRIE
Depósito Legal N.º 1359/83

N.ºs 1073 A 1075

JANEIRO A MARÇO DE 2015

REVISTA DE ARTILHARIA

COMISSÃO EXECUTIVA PARA OS ANOS DE 2015 E 2016

PRESIDENTE

Major-General Fernando Joaquim Alves Cóias Ferreira (CmdInst)

VICE-PRESIDENTE

Coronel Tirocinado António Joaquim Ramalhoa Cavaleiro (CmdLog)

SECRETÁRIO

Capitão Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço (Gab/CEME)

TESOUREIRO

Capitão Diogo Lourenço Serrão (RA4)

EDITOR E EDITOR ON-LINE

Capitão Sérgio Timóteo Coelho Rodrigues (RAAA1)

Tenente Felipe Furlan Gonçalves (RAAA1)

CONSELHO DE CULTURA ARTILHEIRA E MILITAR

Coronel Fernando José Pinto Simões (Reforma)

Coronel António José Pardal dos Santos (RA5)

Coronel Carlos Manuel Mendes Dias (RA4)

Coronel João Luís Morgado Silveira (EMGFA)

Coronel José Augusto Oliveira Costa dos Reis (RAAA1)

Tenente-Coronel Norberto Antunes Serra (EA)

Tenente-Coronel Joaquim Agostinho da Cruz Oliveira Cardoso (GAC/BrigMec)

Major Nelson José Mendes Rêgo (AM)

Capitão Diogo Lourenço Serrão (RA4)

Capitão Luís Miguel Rebola Mataloto (EMGFA)

Capitão Elton Roque Feliciano (EA)

COLABORADOR

Sargento Chefe Luís Filipe Cardoso Domingues (DHCM)

NÚMEROS
1073 A 1075

REVISTA DE ARTILHARIA

DESDE 1904
2.ª SÉRIE
ISSN 1645-8702

Propriedade dos Oficiais da Arma de Artilharia
Edição da Comissão Executiva

Redacção e Administração
Campo de Santa Clara, 62
1100-471 LISBOA
www.revista-artilharia.pt

DIRECTOR
**FERNANDO JOAQUIM
ALVES CÓIAS FERREIRA**
Major-General

Execução gráfica
JMG – Art. Gráficas e Public., Lda.
Alameda das Figueiras, 13 – 3 B
2665-501 Venda do Pinheiro

JANEIRO – FEVEREIRO – MARÇO DE 2015

Os autores dos artigos são únicos responsáveis pela doutrina dos mesmos. Os originais são propriedade da redacção e não se restituem quer sejam ou não publicados.

EDITORIAL

Pelo Major-General
**FERNANDO JOAQUIM ALVES
CÓIAS FERREIRA**

Caros Sócios e Leitores da Revista de Artilharia,

Nos termos dos respectivos estatutos, a actual Comissão Executiva assume agora a gestão desta publicação trimestral para o biénio 2015-2016.

Como todos sabem, a Revista de Artilharia é propriedade dos Oficiais desta Arma e, desde o seu início em 1904, tem constituído o principal repositório da sua história, através da escrita dos muitos Artilheiros que, em cada momento, mostraram vontade e interesse em contribuir para esta memória agora secular. Também aqui muitas vezes se lembraram e louvaram os que na sua dedicação ao serviço e a Portugal se distinguiram e marcaram a história da Artilharia Portuguesa. O



que acabei de referir constitui, por si, algo que naturalmente nos chama à responsabilidade de agora continuarmos este projecto que nos foi legado pelos que nos antecederam – cumpre-nos aqui deixar o apreço pelo trabalho desenvolvido e que muito nos apraz.

Vivemos tempos de mudança, de incertezas e com a imprevisibilidade em relação ao futuro muitas vezes incrementada pela falta de reflexão e, conseqüentemente, de um conhecimento aprofundado do passado e do presente. A escrita quando feita de forma responsável é algo que nos amarra inevitavelmente à reflexão e nos responsabiliza perante os outros pela qualidade do nosso pensamento. Os Artilheiros que no início do Século XX lançaram este projecto fizeram-no com esta preocupação, numa atitude crítica e com o conhecimento científico profundo específico desta Arma, na linha do que vinha acontecendo desde a segunda metade do Século XIX, designadamente com a recepção e utilização dos novos materiais, já munidos das inovações tecnológicas introduzidas aquando da Guerra Franco-Prussiana. Os registos escritos e fotográficos, referidos a essa época exaltante da Artilharia Portuguesa, são imensos e a Revista de Artilharia é um testemunho inegável de toda essa compulsão artilheira.

Inegável é também, nos tempos de hoje, a percepção do papel da Artilharia Portuguesa desvanecer-se cada vez mais nas muitas alterações estruturais e emprego operacional do Exército, bem como a consequente procura por parte de muitos Artilheiros de um «Rumo de Vigilância» que os oriente e os faça olhar numa direcção mais atenta das questões que inevitavelmente se colocam no mundo militar em que vivemos. No entanto, a atitude cómoda de ficar apenas pelas percepções próprias ou alheias não evoca nem faz justiça de forma alguma ao período áureo que acabei de referir. Tal como nesses tempos e seguindo o intuito que origina a Revista de Artilharia, esta deverá continuar a ser a principal plataforma de comunicação da comunidade artilheira onde os saberes, as vivências e experiências, as críticas e as propostas, da parte de cada um, poderão contribuir para clarificar o desejado rumo. O mundo actual move-se com a informação e esta não é propriedade nem determinada por uma única entidade formal, pelo contrário, resulta da comunicação e interacção de comunidades ligadas a diferentes áreas de actividade que partilham o saber e o conhecimento que determina, em última instância, a utilidade da própria informação que por elas é usada.

A matriz identitária e a aceitação desta publicação assenta no esforço dos Oficiais de Artilharia e a sua continuidade dependerá sempre da sustentabilidade editorial, baseada na quantidade e qualidade de artigos disponíveis, bem como da sua sustentabilidade financeira, onde a quotização dos seus associados se torna fundamental para que possa ser produzida e distribuída conforme vem acontecendo.

Assim, a nossa preocupação irá centrar-se numa linha editorial que continue e fortaleça esta matriz identitária, a qual deverá ser suportada pela procura e gestão equilibrada de uma «carteira de artigos» de qualidade, tarefa que cabendo a esta Comissão Executiva, dependerá sempre da vontade de colaboração dos Sócios, ou seja, da escrita dos Oficiais de Artilharia. Procuraremos encontrar o equilíbrio respondendo, em cada publicação trimestral, ao preenchimento pleno da seguinte linha editorial que nos parece continuar a referida matriz:

- Editorial;
- Memórias da Artilharia Portuguesa;
- Doutrina e Emprego da Artilharia;
- Os Artilheiros Portugueses em missão – relato de experiências e desempenho;
- Espaço Académico, Técnico e Científico;
- Espaço de Cultura e História Militar;
- Notícias da nossa Artilharia;
- Parte Oficial.

Para que este trabalho continue a ser possível, não podemos deixar de aqui também apelar à regularização das quotas por parte dos associados. Relembro que a identidade da Revista de Artilharia passa também pela força do vínculo do universo dos Oficiais da Arma, na qualidade de Sócios e seus proprietários. Também as unidades da Arma e outras entidades têm muitas vezes dado o seu apoio que não deixa de ser importante neste contexto e que muito agradecemos.

Sei que este pedido, como esforço de todos, não pode ser entendido como um dever formal da nossa vida militar, tornando-se por vezes complicado dar plena resposta pelos muitos afazeres profissionais ou por outras preocupações que se impõem na vida pessoal de cada um. Porém, também sei que a Revista de Artilharia precisa do apoio de todos, a começar nos que agora assumem a tarefa de a gerir nos próximos dois anos.

Assim faremos com agrado e com o vosso apoio possível que, antecipadamente, agradeço em nome de toda a Comissão Executiva agora responsável pelos destinos da nossa Revista de Artilharia.

Saudações Artilheiras!

Lisboa, 28 de Janeiro de 2015.



MEMÓRIAS DA ARTILHARIA PORTUGUESA

“CORONEL JOSÉ NUNES GONÇALVES 1859/1917”

Pelo Capitão de Artilharia
TIAGO SOARES DE CASTRO



1. NOTAS PESSOAIS

José Nunes Gonçalves, filho de Manoel Nunes e de Cecília Gonçalves, nasceu a 23 de Outubro de 1859 na localidade de Sorgaçosa, freguesia de Pomares, concelho de Arganil.

Sendo o seu pai um homem abastado, o qual ainda hoje é conhecido pelas diversas propriedades que possuía na época, decidiu pagar os seus estudos e enviá-lo para Coimbra onde estudou na Escola Politécnica da Universidade de Coimbra. Mais tarde tirou o curso preparatório para admissão nas escolas superiores da Universidade de Coimbra e o Curso Preparatório para a Arma de Artilharia.

Após terminar os seus estudos e ingressar no Exército como Oficial, no dia 9 de Janeiro de 1890, Nunes Gonçalves casou-se com a Senhora Maria Antónia Porto Migueis, mudando-se para a Rua da Imprensa Nacional, em Lisboa.

Foi nesta residência que viveu até aos seus últimos dias, onde acabou por falecer no dia 26 de Dezembro de 1917¹ pelas 21 horas e 30 minutos, com o posto de Coronel do Quadro de Reserva.

2. NOTAS BIOGRÁFICAS COMO OFICIAL

Homem de 1,65m e olhos e cabelos castanhos, José Nunes Gonçalves decidiu aos 20 anos de idade iniciar a sua carreira militar, tal acabando por acontecer no Regimento de Artilharia N.º 1 sediado em Campolide, ao assentar praça voluntariamente no dia 18 de Outubro de 1879. Depois de incorporado, serviu durante um ano, nove meses e nove dias, até ao dia 27 de Julho de 1881, data em que foi promovido ao posto de Alferes Aluno² para a arma da Artilharia, ingressando assim com 22 anos de idade na Escola do Exército (EE).

Em 1883, passados dois anos do seu ingresso na EE, terminou com brilhantismo os seus estudos, conseguindo ser o 1º classificado entre os 18 que constituíam o seu curso, tendo ganho concomitantemente o 1º prémio pecuniário no curso de Artilharia da EE no ano letivo 1882/83.

Por decreto de 09 de Janeiro de 1884 foi promovido a 2º Tenente para a Arma de Artilharia, sendo colocado a 28 de Janeiro do mesmo ano no Regimento de Artilharia N.º1. Dois anos após esta colocação (27 de Janeiro de 1886), é promovido ao posto de 1º Tenente com o curso de Estado-Maior de Artilharia³. Mais tarde em 1888, mudou novamente de unidade, tendo sido colocado no Regimento de Artilharia N.º 5⁴ sediado em Elvas⁵.

¹ Na Ordem do Exército (OE) N.º3 de 1918 pode-se ler no espaço Obituário a referência ao Coronel do quadro de reserva, José Nunes Gonçalves.

² Por decreto de 27 de Junho de 1881. OE N.º24 de 30 de Julho de 1881.

³ Por decreto de 27 de Janeiro de 1886 (OE N.º2 de 1886).

⁴ OE N.º9 de 1888.

⁵ (Exército Português), (Direção de Documentação e História Militar, 1994, p. 99).

Por decreto de 28 de Setembro de 1894, o então 1º Tenente de Estado-Maior de Artilharia José Nunes Gonçalves, recebeu a sua primeira distinção pública fruto de uma competência e dedicação ímpares, tornando-se Cavaleiro da Real Ordem Militar de São Bento de Avis⁶.

A sua promoção a Capitão ocorreu no ano seguinte por decreto de 23 de Março⁷.

Na sua carreira militar sucedeu-se um período de grande produtividade profissional, bem como de reconhecimento dos serviços por si prestados.

- Em 1898 é condecorado com a Medalha Militar de Prata da classe de Bons Serviços⁸, decorrente de um louvor fruto da sua “(...) *inteligência e aplicação aos estudos militares de que mais uma vez deu provas nas experiências a que procedeu, e na elaboração dos “Estudos dos efeitos da Pólvora Barreto no cano da espingarda 8mm (K) m/1886”*”, palavras do então General de Brigada Comandante da EE.
- Em 1900 é louvado por “*Sua Majestade El-Rei*”, em conformidade com o disposto no artigo N.º 129º do Regulamento Disciplinar do Exército vigente nesse período, “(...) *pela publicação de um livro com o título de efeitos dos projecteis, em que demonstra mais uma vez os seus elevados conhecimentos, zelo e proficiência (...)*”⁹.
- A 28 Setembro de 1903 é nomeado para Oficial da Real Ordem Militar de São Bento d’Aviz¹⁰.
- A 23 de Novembro de 1903 recebe um louvor de sua Excelência o General Comandante da EE, pelo trabalho desenvolvido nas obras de reconstrução de uma carreira de tiro, “(...) *cujo projecto foi elaborado pelo Capitão de Artilharia, lente da 6ª cadeira d’esta escola, (...)*” tendo sido destacado a sua “(...) *muita inteligência e distinção com que se desempenhou d’este trabalho, em que mais uma vez revelou as suas notáveis aptidões de oficial ilustrado, conhecedor de todos os serviços e questões técnicas da sua arma*”.
- No ano seguinte, no dia 13 de Maio, foi “*louvado pelo muito estudo, zelo e inteligência com que desempenhou o serviço da comissão para estudar e propor o modelo do material d’Artilharia de Campanha que mais tarde convinha a adoptar no Exército*”¹¹.

⁶ Decreto de 28 de Setembro de 1894 (OE N.º25 de 1894 - 2ª série).

⁷ Decreto de 23 de Março de 1895 (OE N.º 8 de 1895 - 2ª série).

⁸ OE N.º11 de 1898 – 2ª série.

⁹ OE N.º22 de 1900 – 2ª série.

¹⁰ Nos termos do alvará de 13 agosto 1894.

¹¹ Por portaria de 13 de Maio de 1904 (OE N.º 13 de 1904 – 2ª série).

A 24 de Março de 1905 completou 10 anos de serviço efectivo¹² tendo sido promovido ao posto de Capitão de 1ª Classe¹³.

Nesta fase da sua carreira militar, por inerência das funções desempenhadas enquanto membro da Comissão para a escolha do equipamento da Artilharia, passava bastante tempo fora do território nacional, podendo-se encontrar nos seus registos duas comissões muito próximas: a primeira com cerca de 9 meses e final a 30 de Janeiro de 1905, e a segunda com cerca de 5 meses e final a 8 de Setembro do mesmo ano. Mesmo assim, conforme se pode ler no louvor datado de 14 de Outubro de 1905 onde foi *“louvado pelo estudo, trabalho assíduo e dedicação na organização do 1º e 2º volumes do catálogo systemático para a biblioteca da Escola do Exército”*¹⁴, Nunes Gonçalves manteve a sua postura pró-ativa e dinâmica, mostrando sempre uma enorme vontade de servir, dedicação e entrega ao serviço.

Por Portaria de 16 de Agosto de 1907 foi louvado *“(…) pelo muito zelo, incedível dedicação e especial competência de que deu provas na comissão encarregada de assistir ao fabrico e concepção do material d’Artilharia de Campanha 7,5 TR m/1904 e bem assim pelo aturado estudo e notável ilustração que se manifestaram no relatório que apresentou(…)”*.

A 4 de Junho de 1909 o então Capitão de Estado-Maior d’Artilharia completa o tirocínio de Major no Regimento de Artilharia N.º 1 em Lisboa.

A crescente experiência e vasta competência fizeram de José Nunes Gonçalves um militar altamente especializado nos domínios da balística, do armamento e dos efeitos das munições, sendo frequentemente nomeado para pertencer a diversas comissões. Nesta sequência, por Portaria de 17 de Junho de 1909 viria a ser louvado *“(…) pela muita dedicação e inteligência com que desempenhou o serviço que lhe foi incumbido como membro da comissão nomeada por portaria de 10 de Dezembro de 1907 tornando-se digno de especial menção pelo notável uso dos seus conhecimentos balísticos para o estudo e cabal solução das modificações projectadas na carreira de tiro de pedrouços”*.

No dia 1 de Setembro de 1909, ainda como posto de Capitão, foi nomeado pelo Diretor D’Artilharia como *“(…) Adjunto de Coronel, do Regimento de Artilharia N.º 1, José Mathias Nunes (...)”*, que nesta data tinha sido também nomeado para Comandante de Artilharia do Grupo de Divisões.

¹² Note-se que Nunes Gonçalves tinha sido promovido ao posto de Capitão em 1895 (por Decreto de 23 de Março de 1895/OE N.º 8 de 1895 - 2ª série).

¹³ OE N.º 7 de 1905 – 2ª série.

¹⁴ Por portaria de 14 de Outubro de 1905 (OE N.º 14 de 1905 – 2ª série).

No 4 de Fevereiro de 1911 ocorreu a sua promoção ao posto de Major para a Arma de Artilharia¹⁵ e, em 1912, com pouco mais de um ano decorrido da sua promoção a Oficial Superior, verifica-se a sua promoção a Tenente-Coronel¹⁶.

Em 1914, no ano em que foi promovido a Coronel, é feito o registo, no seu processo individual, das excelentes qualidades de inteligência e dedicação que possui, sendo dado o parecer para a sua promoção assim que possível.

No dia 8 de Janeiro de 1916, o General António Xavier Corrêa Barreto¹⁷ redige na sua folha de informação periódica o seguinte juízo ampliativo: “(...) *este oficial que se apresentou (...) não pode ainda revelar no serviço de inventor de material de guerra as excelentes qualidades de saber, zelo e competência que revelou nas diversas comissões técnicas que exerceu nos paíes e no estrangeiro, honrando em todas elas a pátria. É um bom militar e bom cidadão e merecedor de promoção ao posto imediato*”.

A 3 de Setembro de 1917 foi nomeado pelo Comandante de Divisão, para fazer parte do júri do 2º Tribunal Militar Territorial.

Por decreto de 12 de Janeiro de 1918, publicado na OE N.º1 de 1918, no dia 15 de Janeiro de 1918, ainda sem ter completado os 59 anos de idade, oficializou-se a sua passagem à situação de Reserva¹⁸ por problemas de saúde. No referido artigo pode-se ler: “*O coronel do estado maior de artilharia a pé, José Nunes Gonçalves, (...) por terem sido julgados incapazes do serviço activo pela junta hospitalar de inspecção.*”.

É possível verificar nos documentos da sua ficha individual que no dia 20 de Dezembro de 1917, 6 dias antes do fatídico dia que assinala a sua morte, é deferida a proposta de atribuição da Medalha Militar de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar, não sendo possível confirmar se efetivamente a recebeu.

3. A CARREIRA DA DOCÊNCIA

Grande parte da sua carreira esteve relacionada com o ensino. Desde cedo Nunes Gonçalves se envolveu com as matérias estritamente artilheiras,

¹⁵ OE N.º12 – 2ª série.

¹⁶ Promovido a Tenente Coronel por Portaria de 5 de Julho de 1912 (OE N.º13 – 2ª série) ou por Portaria de 28 de Dezembro de 1912 (OE N.º25). Existem documentos oficiais com estas duas datas, não sendo possível a sua confirmação.

¹⁷ “(...) Inventor da *Pólvora Barreto*, uma pólvora sem fumo de óptima qualidade e que tantos méritos científicos e elevada economia de recursos financeiros concedeu a Portugal (...)” (Rosado, p. 76).

¹⁸ Embora publicado no ano de 1918, este artigo da OE refere que a sua passagem à situação de reserva contava desde dia 26 de Dezembro de 1917, dia em que faleceu.

afinando cada vez mais os seus conhecimentos e melhorando a doutrina e técnicas de emprego dos meios de Artilharia de Campanha no Exército.

- Leccionou a cadeira de balística na EE desde 1884, no ano seguinte a ter terminado o seu curso.
- Ainda 1º Tenente, foi nomeado como adjunto das 5ª, 6ª e 7ª cadeiras da EE, nos termos do artigo 83º do decreto de 30 Outubro de 1892¹⁹.
- Foi nomeado lente da 6ª Cadeira da EE, por decreto de 23 de Agosto de 1894²⁰.
- No dia 16 de Outubro de 1915, 31 anos depois, terminou a sua carreira como docente na EE. Desempenhava a função de lente da 10ª cadeira²¹.

Fruto do seu espírito curioso e metódica forma de trabalhar, para além de ser detentor dos mais recentes e actualizados conhecimentos, Nunes Gonçalves esteve sempre na vanguarda das descobertas. A sua geração reconhecia nele, amplos e diversificados conhecimentos técnicos no âmbito do armamento, das pólvoras, munições e efeitos, tendo sido nomeado para inúmeras comissões.

- Comissão para a escolha de um novo modelo da arma a adoptar na Infantaria²².
- Comissão, nomeada por portaria de 27 de Junho de 1903, para estudar e propor um novo modelo do material de Artilharia de Campanha²³.
- Comissão de recepção do material D'Artilharia de Campanha, presidida por si. A 26 de Outubro de 1906, estava na fábrica de Creusot quando foi mandado apresentar-se em Berlim, para terminar o processo. É de notar que após o desenrolar desta comissão, os outros militares que com ele serviram referiram: *“É para registar a acção que exerceu durante o tempo em que, por comissão do Govêrno, na fábrica de Creusot assistiu á fabricação do material de guerra que adquirimos, (...)”*.

¹⁹ OE N.º30 de 1892.

²⁰ OE N.º22 de 1894 – 2ª série.

²¹ Por publicação de decreto na OE N.º21 de 30 de Outubro de 1915.

²² OE N.º23 de 1898 – 2ª série.

²³ No âmbito desta comissão, a 14 de Julho de 1903, por indicação da Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra, foi ordenada a sua marcha para o estrangeiro em serviço, tendo-se apresentado no dia 02 de Outubro desse mesmo ano.

- No dia 30 de Dezembro de 1907 foi nomeado para a comissão sobre o estudo definitivo de uma carreira de tiro para a guarnição militar do Porto.
- Do presidente do conselho de administração das fábricas e depósitos de material de guerra, data de 20 de Fevereiro de 1908 um pedido para a apresentação do Capitão de Artilharia de Estado-Maior José Nunes Gonçalves afim de prestar esclarecimentos acerca do carregamento de munições do material de montanha 7.5' TR m/964.
- Por portaria de 30 de Novembro de 1910 e OE N.º10 de 1910, foi nomeado vogal numa comissão encarregue pelo estudo das espoletas universais e do emprego do “trinitro-tolnol” no carregamento das granadas explosivas 7,5' –TR.
- A 9 de Maio de 1914 foi nomeado Vogal da Comissão Técnica de Artilharia de Campanha²⁴.
- A 30 de Dezembro de 1915, por despacho do ministro da guerra, foi agregado à comissão técnica de Artilharia de Campanha, por proposta apresentada pelo presidente da referida comissão.

Como resultado dos seus profundos e especializados conhecimentos, Nunes Gonçalves produziu inúmeras obras perpetuando as descobertas que fazia. Das palavras do General Oliveira Simões, na sessão de homenagem promovida pela redacção da Revista de Artilharia, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 26 de Janeiro de 1918, da panóplia de artigos e obras produzidos por José Nunes Gonçalves importa realçar: *“Elementos de balística, teoria elementar de tiro e suas aplicações”*, um volume impresso em 1891; o *“Estudo dos efeitos da pólvora Barreto no cano da espingarda de 8^{mm} k. 1886”*, volume impresso em 1898; *“Efeitos dos projecteis”*, um volume impresso em 1899; *“Introdução ao estudo dos efeitos dos projecteis – Probabilidades de tiro”*, um volume litografado 1894-1895; *“Lições de Balística externa”*, volume litografado 1898-1899; e por último um trabalho sobre balística interior, *“Estudo do movimento dos projecteis no interior das bôcas de fogo”*, publicado em 1902.

A importância do seu trabalho era tal que, mesmo após a sua morte, foram-lhe prestadas inúmeras homenagens:

- Em 1928 foi homenageado na sede da Revista de Artilharia por outro ilustre Artilheiro, o General Teixeira Botelho.
- Em 1929, foi publicada a obra sobre Balística Interna em sua homenagem.

²⁴ OE N.º11 de 1914 - 2ª série.

- Em 1932, 15 anos após a sua morte, sob proposta do Conselho de Instrução da Escola Militar, foi homenageado com a publicação da sua obra: *“Balística Externa, lições professadas na 6.ª cadeira da extinta Escola do Exército, no ano lectivo de 1901-1902”*.
- Em 1936 foi novamente homenageado, com a publicação de um livro de sua autoria, *“Balística Aplicada”*.

Como se pode observar na figura 2, Nunes Gonçalves também pertenceu à “Comissão de Redacção” da 1ª Revista de Artilharia.

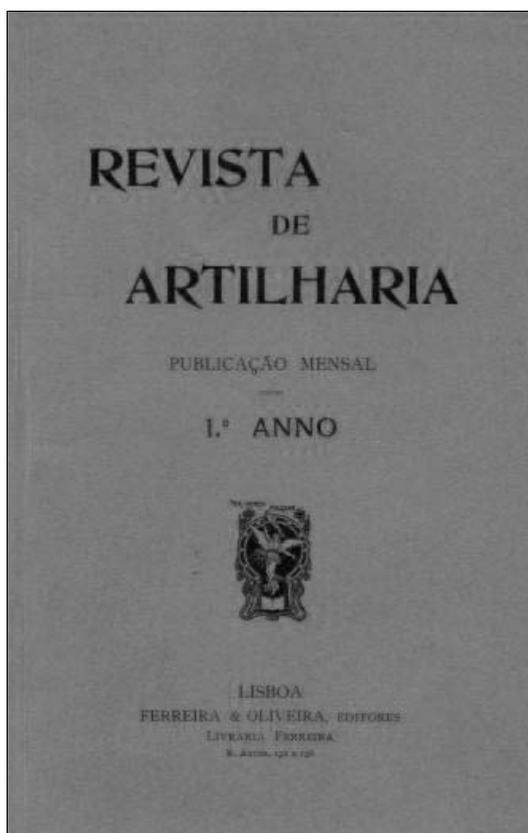


Figura 1 – *Capa da 1ª edição da Revista de Artilharia.*

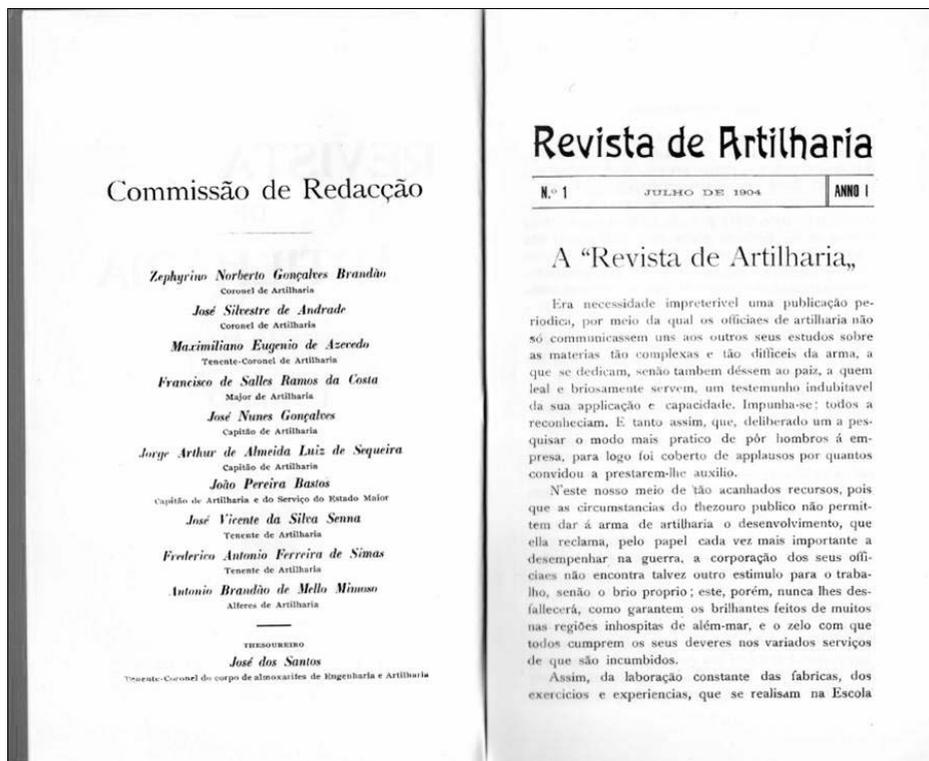


Figura 2 – “Comissão de Redacção” da 1ª edição da Revista de Artilharia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Nunes Gonçalves foi um militar detentor de um profundo conhecimento na área da balística e armamento. A sua forma metódica de investigação e registo de resultados, para além de se traduzirem em avanços para a Arma de Artilharia, foi útil em estudos de aquisição de armamento e planeamento da construção de infra-estruturas para outras armas do Exército. Foi o caso das comissões que integrou para escolha da arma a adotar na Infantaria e construção das carreiras de tiro da Guarnição Militar do Porto e de Pedrouços.

Além das evidentes qualidades como oficial e extensíssimos conhecimentos técnicos Artilheiros (participação na construção de diversas infra-estruturas de Tiro, participação em comissões de aquisição de material de

guerra, criação de obras e manuais técnicos) José Nunes Gonçalves era reconhecido pelos seus pares mais próximos como: “(...) *um camarada que deixou na sua vida como aluno, como oficial, como professor, como profissional, como literato, como conversador, como crítico, como artista, como erudito, como académico, um rasto luminoso, por vezes com scintilações brilhantes (...)*”²⁵.

Pela sua vasta experiência ao nível da balística e fabricação de armamento, publicou inúmeros artigos científicos sobre material de guerra, vendo o seu trabalho reconhecido em vários países do mundo: “*Conquistou assim nas fábricas de creusot e na artilharia franceza fóros e respeito, que se estenderam á artilharia belga, italiana e brasileira onde os seus artigos eram traduzidos, comentados e publicados, e até na Alemanha que respondia às suas autorizadas criticas sobre a fabricação do material de guerra.*”²⁶.

José Nunes Gonçalves foi assim um Ilustre Artilheiro que, embora não tenha tido a comum carreira militar regimental e operacional, abraçou de forma singular a carreira de docência e investigação, obtendo resultados ímpares que orgulham a Artilharia e o Exército Português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academia de Fortificação, E. d. (s.d.). *Listagem alfabética dos alunos da Academia de Fortificação, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar, 1790-1940*. Rua Gomes freire, Lisboa.
- Arsenal do Exército Português. (1926). *Processo Individual de José Nunes Gonçalves*. Lisboa.
- Exército Português. (s.d.). *Regimento de Artilharia N.º5 - Resenha Histórica*. Obtido em 19 de Fevereiro de 2015, de Portal Intranet do Exército: 10.105.0.55/publica/Comando%20das%20Forças%20Terrestres/BrigInt/RA5/Paginas/ResenhaPPPM001.aspx
- Gonçalves, J. N. (N.º 52, Outubro de 1908). Evolução do Material de Artilharia de Campanha nos últimos 50 anos. *Revista de Artilharia*. Rua do Carmo, 43, 2.º, Lisboa: Typ. La Bécarre de F. Carneiro & C.ª.

²⁵ (Simões, 1928, p. 3)

²⁶ (Simões, 1928, p. 7)

- Gonçalves, J. N. (N.º 53, Novembro de 1908). Evolução do Material de Artilharia de Campanha nos últimos 50 anos. *Revista de Artilharia*. Rua do Carmo, 43, 2.º, Lisboa: Typ. La Bécarre de F. Carneiro & C.ª.
- Gonçalves, J. N. (N.º 54, Dezembro de 1908). Evolução do Material de Artilharia de Campanha nos últimos 50 anos. *Revista de Artilharia*. Rua do Carmo, 43, 2.º, Lisboa: Typ. La Bécarre de F. Carneiro & C.ª.
- Gonçalves, J. N. (N.º 55, Janeiro de 1909). Evolução do Material de Artilharia de Campanha nos últimos 50 anos. *Revista de Artilharia*. Rua do Carmo, 43, 2.º, Lisboa: Typ. La Bécarre de F. Carneiro & C.ª.
- Gonçalves, J. N. (1929). *Balística Interna, lições professadas na 6.ª cadeira da extinta Escola do Exército, no ano lectivo de 1901-1902*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Gonçalves, J. N. (1932). *Balística Externa, lições professadas na 6.ª cadeira da extinta Escola do Exército, no ano lectivo de 1901-1902*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Gonçalves, J. N. (1936). *Balística Aplicada, lições professadas na 6.ª cadeira da extinta Escola do Exército, no ano lectivo de 1901-1902*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Gonçalves, J. N. (N.º 711 - 712, Novembro e Dezembro de 1984). Evolução do Material de Artilharia de Campanha nos últimos 50 anos. *Revista de Artilharia*. Rua do Carmo, 43-2.º, 1200 Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Paulo, J. A. (15 de Novembro de 2014). Conhecimento popular acerca da história de Sorgaçosa e seus habitantes. (T. S. Castro, Entrevistador)
- *Projecto Germil, Genealogia em Registos Militares*. (s.d.). Obtido em 09 de Outubro de 2014, de <http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6474>
- Rosado, D. M. (s.d.). O GENERAL ANTÓNIO XAVIER CORREIA BARRETO E A "JOVEM TURQUIA": CONTRIBUTOS PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA. *PROELIUM - Revista da Academia Militar*, p. 75 a 104.
- Simões, G. J. (1928). *Alguma Palavras sobre o Oficial de Artilharia, Ilustre, que foi José Nunes Gonçalves*. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército.



O CORPO DA ARTILHARIA PESADA INDEPENDENTE

2.^a Parte

Pelos Coronel de Artilharia
CARLOS ALBERTO BORGES DA FONSECA
e Tenenete de Artilharia
JOÃO PEDRO MARTINS PEREIRA

4. O CAPI NO CONTEXTO OPERACIONAL

4.1. O CORPO NO 6º EXÉRCITO FRANCÊS

4.1.1. *A sua preparação*

O CAPI encontrava-se em treinos no campo militar de Bailleul-Sur-Thérain, quando no dia 13 de fevereiro de 1918, o General Maurin fez uma visita e mostrou-se extremamente agradado com o nível de proficiência demonstrado na instrução pelo Corpo. Nesta altura, já tinha tomado posse¹ o Tenente-Coronel Tristão da Câmara Pestana, informado de uma possível reorganização do CAPI.

A 1 de março o 1º Grupo, mais especificamente, “a Iª Bateria partiria para afrente a fim de executar uma sessão de fogo contra o inimigo”² e passados três dias receberam material de combate, nomeadamente, capacetes e máscaras

¹ 15 de Janeiro de 1918 (Martins, 1938, p.99).

² c.f. PT/AHM/1º/35º/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“A ida à frente do Iº Grupo”).

para todo o seu pessoal³. No dia seguinte, o Comandante do Corpo tentava, por todos os meios, fazer ver ao Ministro da Guerra a importância que o CAPI tinha dentro da RGA, além da missão a desenvolver com uma das Baterias⁴.

Porém, o comando do Corpo, não tardou a receber a notícia, via telegrama, proveniente de Lisboa, a informação da sua passagem para Inglaterra, junto do CEP e em reforço do CAP. Tomou então a iniciativa de ir ao Quartel-general daquele organismo ver o que se passava na frente Inglesa. O comandante constatou, com desagrado, que o apoio e consideração que recebiam dos Franceses era indelevelmente superior ao recebido pelo CAP. Esta insatisfação tomou tamanhas proporções que julgou inaceitável a situação que o Comando Português criou ao CAPI, pedindo a destituição do cargo, caso Portugal não enviasse o efetivo necessário para completar o Corpo⁵. A decisão havia sido tomada através de um consenso Britânico e Francês⁶.

A Ordem de Corpo, do dia 11 de março, determinava que a 1ª Bateria⁷, partiria de Bailleul-Sur-Thérain para a região de Vailly, com o seu Estado-Maior, aguardando ordens do 6º Exército Francês para ocuparem a posição, em dois comboios⁸, espaçados 5 horas⁹ entre si. Durante a tarde, os militares prepararam o trem de acantonamento do Estado-Maior do Grupo, ao qual se agregavam um vagão para oficiais e um vagão cozinha, proveniente de uma Bateria de 190mm.

No dia 12, como planeado, o deslocamento do Grupo ocorreu sem qualquer tipo de percalços, chegando os comboios a Vailly às 16 horas e 30 minutos e 20 horas e 30 minutos, respetivamente. Ocupada a posição foram difundidas ordens, com vista a desenvolver a segurança e a disciplina no Grupo, assim como, as comunicações deste para a central da região de Vailly. No entanto, os problemas com esta central impediram o estabelecimento de comunicações, tornando necessário adotar um plano de contingências, que passava pela ligação à estação de Nauroy¹⁰.

³ Simultaneamente o General *Herr* toma funções como Inspetor Geral da Artilharia e Comandante da RGA – Idem.

⁴ Idem.

⁵ No entanto a decisão havia sido tomada pelos Altos Comandos Franceses e Britânico – Idem.

⁶ Idem.

⁷ 320mm.

⁸ “Cada peça de 32cm com o seu trem de combate formava um combóio. Cada trem de combate era, geralmente, constituído, além da viatura, peça e do vagão transportador anexo, por um ou mais vagões de munições, um vagão de vigotas de ferro para assentar na via com o material a complementar para o assentamento, um vagão de palamenta e acessórios com material diverso para o serviço de limpeza da peça e reservas, uma locomotiva e o respectivo vagão-cisterna” (Martins, 1938, p.98).

⁹ O primeiro partia às 8 horas e o segundo às 13 horas c.f. PT/AHM/1º/35º/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“A ida à frente do Iº Grupo).

¹⁰ “A mais de 2 km. da garage”, no entanto não foi referenciada em mapa. Idem.

4.1.2. A missão

A posição que o Grupo haveria de ocupar para realizar a sessão de tiro seria em Soupir, na posição 756, e como tal o Comandante da Bateria foi a Missy-Condé, coordenar ações com o avião, que havia de observar o tiro¹¹.

Na manhã de 15, chegaram à região as equipas responsáveis para a montagem das comunicações da Central e do posto de TSF¹². Durante a tarde, o Comandante do Grupo tomou conhecimento da missão específica do CAPI. Esta operação consistia na destruição de Baterias Alemãs, localizadas a Sul de Aizelles¹³, a cerca de 18km. A observação seria efetuada através das vias aérea e terrestre, sendo esta última em 3 observatórios. Foram disponibilizadas 100¹⁴ munições, para a consecução desta missão.

Na análise documental verificou-se a referência apenas ao emprego de uma Bateria independente e não a um Grupo. Deste modo, o Major Luciano José Cordeiro¹⁵ dirigiu-se ao Comandante do Corpo, pedindo para “ser um mero espectador” de forma a facilitar a comunicação da Bateria para a Artilharia do Exército. O pedido foi refutado pois, no entender do Coronel, a Convenção Militar, assinada em 1917, não previa o emprego de uma Bateria isolada, mas sim de um Grupo¹⁶.

“Convencionou-se então que o Grupo receberia a ordem para marchar para a posição tres horas antes, pelo menos, da marcada para a abertura do fogo, tempo que o Comandante do Grupo julgava mínimo indispensável para a série de operações que a bateria teria de efectuar: deslocamento para a posição e entrada em bateria, estabelecimento das linhas interiores e das réguas, cálculo definitivo dos elementos iniciais do tiro, carregamento, pontaria e assentamento dos reparos sobre as vigotas”¹⁷.

No dia 16, às 9 horas e 50 minutos, o chefe da missão Francesa¹⁸ ordenou ao Comandante do Grupo a partida imediata para a posição estipulada, não informando no entanto, a janela de tempo na qual ocorreria o tiro. Nesta sequência, partiram dois comboios da estação de Vailly; o 1º às 10 horas e 45 minutos e o 2º às 11 horas, ficando a Bateria em posição às 12

¹¹ Entretanto já haviam sido disponibilizadas fotografias aéreas da área de objectivos, bem como o ponto de regulação, pelo Capitão *Amat*, comandante das baterias onde o material era proveniente – Idem.

¹² Era montado pela aviação que iria fazer a observação do tiro – Idem.

¹³ Consultar ponto 13, Anexo A - *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI*.

¹⁴ O consumo de munições para a missão era restrito – Idem.

¹⁵ Comandante do 1º Grupo.

¹⁶ c.f. PT/AHM/1º/35º/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“A ida à frente do 1º Grupo”).

¹⁷ Idem.

¹⁸ Major *Chatenet*, Idem.

horas. Chegados ao local, verificou-se que os fios usados na montagem das linhas telefónicas estavam defeituosos, sendo necessário remendá-los na posição. Devido ao atraso do 1º tiro, que saiu às 13 horas e 15 minutos, “ao sinal do avião”¹⁹ resultou no descontentamento do General, Comandante da RGA, com a Bateria, pelo atraso do plano previsto, ou seja, devia ter começado a fazer fogo às 12 horas e 30 minutos e não 45 minutos depois.²⁰

O Capitão Amat ficou no vagão de comando, juntamente com o Capitão Gonçalves Pinto, Comandante da 1ª Bateria, despoletando sérias discussões entre ambos sobre a forma como devia ser feita a execução do tiro. As 5ª, 6ª e 7ªs salvas foram observadas por via terrestre, uma vez que o avião tinha dado lugar a um outro que o havia de render²¹. “O último tiro, com granada S.T., foi dado às 19h.15, estando já a cair a noite; o avião retirara-se às 18h.40m, expedindo um último despacho: *‘Bravo Portugais’*”²². Haviam sido gastas 60 munições e efetuadas 10 salvas.

Após o fim de missão o General Marchal dirigiu umas palavras ao contingente, nas quais frisava o atraso ao início do tiro, logo ripostada pelo Coronel da Câmara Pestana, justificando que o atraso em nada se deveu aos Portugueses, mas sim à falta de comunicação proveniente do Alto Comando Francês. As palavras proferidas pelo General Duchene²³ foram mais apaziguadoras, nas quais “felicitou o Comandante do Corpo pela bela atitude do pessoal e excelentes resultados do tiro, mostrando desejo de conhecer o Comandante da Bateria a quem igualmente felicitou”²⁴.

4.2. O CORPO NO 4º EXÉRCITO FRANCÊS

4.2.1. A missão

A Bateria estacionou no campo militar de Bailleul-Sur-Thérain, a 19 de março de 1918, após ter concluído a missão que lhe havia sido incumbida²⁵.

No dia 21, emergiu uma grande ofensiva dos Alemães, que tornou perigosa a posição ocupada pelo Corpo, no campo acima mencionado. De forma a evitar situações constrangedoras este partiu a 29 para Mailly, distribuído em 3 comboios. Por decisão do General Herr, então Comandante

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Era um processo moroso.

²² c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“A ida à frente do 1º Grupo).

²³ Comandante do 6º Exército, Idem.

²⁴ Idem.

²⁵ c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército Gouraud”).

da RGA e Inspetor-geral da Artilharia, somente o 1º Grupo se fixaria em França, sob alçada do 4º Exército²⁶, partindo o restante, para reforço do CAP, em Inglaterra²⁷. Igualmente, estabeleceu-se, que as 2ª e 3ª Baterias do 1º Grupo ficariam equipadas com peças de 190mm (Martins, 1938, p. 104).

A 1ª Bateria, guarnecida com o material de 320mm, e que havia cumprido a missão transata do CAPI, ficou em Mailly, aguardando receção do material de duas Baterias de 240mm. As 2ª e 3ª ficaram subordinadas ao Major Blot em St. Rémy-Sur-Bussy. O Grupo apresentava, contudo, inúmeras deficiências em equipamento, “tinha ainda mascaras dum modelo já pôsto de parte, por incomodo e pouco eficaz e sómente em fins de maio recebeu as de novo modelo; não possuía metralhadoras, que a todas as baterias pesadas eram distribuidas para defesa contra os aviões inimigos e nunca chegou a tê-las; não possuía estação receptora de TSF, nem material de ‘*camouflage*’²⁸, nem cartuchos para as espingardas que lhe tinham dado, nem granadas para inutilização do material, nem material para consolidação da via dos ramais (...)”²⁹. Não obstante, foram denotadas outro tipo de lacunas, onde “(...) não se praticára em exercícios de ‘tiro mudo’³⁰ as diferentes modalidades da regulação, da taragem das munições, da regimagem das bôcas de fogo; não se estudara os segredos do mascaramento; (...)”³¹.

Por forma a retificar a situação demonstrada, o Comandante do CAPI dirigiu ordens para que o Grupo se deslocasse para as proximidades de St-Rémy-Sur-Bussy. O contingente chegou a 13 de abril, com o intuito de colmatar as falhas da instrução e tomar nota das condições do material, operação concluída a 7 de maio. Foi ainda pedido neste mesmo dia, ao Comandante de Grupo, um ponto da situação, afirmando este as ótimas condições em que se encontravam as 2ª e 3ª Baterias não dando certezas, porém, das condições da 1ª, uma vez que esta se encontrava fora do seu alcance, em Mailly. Fazia parte dos seus intentos reunir todo o Grupo e levá-lo consigo para a frente de batalha³². Foi do conhecimento geral a saída do Major Blot, do Comando do Subagrupamento de St. Rémy, e a tomada de posse do Major Michaud³³.

²⁶ O Comandante era o General *Gouraud*.

²⁷ Ver *Cap.5 – O CAPI no contexto disciplinar*, onde é retratado com mais pormenor todas as acções desenvolvidas pelo Corpo em *Horsham*, Inglaterra.

²⁸ Material de camuflagem usado.

²⁹ c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército *Gouraud*”).

³⁰ Tiro em seco.

³¹ c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército *Gouraud*”).

³² Não se veio a verificar pois o 1º Grupo foi para *Somme*.

³³ c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército *Gouraud*”).

Às Baterias prontas³⁴, foi incumbida uma missão, que constava na ocupação das posições 162³⁵ e 168³⁶, nas proximidades de Suippes e Laval³⁷, respetivamente. A primeira ação destas unidades foi efetivar o reconhecimento do terreno, em 9 e 10 do mesmo mês. Um dos problemas levantados foi a colocação do Posto de Comando do Grupo, concluindo-se que a melhor posição seria a 142-bis³⁸, no entanto, a distância era tão grande que a única maneira do tiro ser controlado era através de uma Central de Artilharia³⁹.

No dia 16 de maio, o Comandante do Grupo foi informado, via telefone, que a saída para as posições seria feita em 2 trens. O primeiro “formado pelos trens de combate das duas baterias com locomotivas, outro pelo acantonamento (...)”⁴⁰. Partiram, às 19 horas e às 20 horas, respetivamente, estando as bocas-de-fogo em posição às 2 horas de 17⁴¹. Durante o amanhecer “tratou-se de montar as linhas telefônicas do vagon de comando do Grupo para a Central do campo, (...)”⁴².

Os objetivos, disponibilizados às 2^a e 3^a Baterias, através de fotografia aérea, eram a trincheira de comunicação de Altona⁴³ e os observatórios de Ripont⁴⁴, por esta ordem, operando cada uma delas com 128 munições⁴⁵.

O dia de 17 de maio foi preenchido com ações de contrabateria de ambos os lados, havendo inclusive registos de granadas a cair em frente da posição 168⁴⁶. As Baterias Portuguesas começaram a sua missão no dia seguinte, pelas 13 e 13 horas e 30 minutos, pela 3^a e 2^a, respetivamente⁴⁷.

³⁴ 2^a e 3^as Baterias.

³⁵ “ficava a 4km, a nordeste de *Suippes* e a 7,5 das trincheiras mais avançadas dos alemães; (...)” – c.f. PT/AHM/1^a/35^a/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1^o Grupo no Exército Gouraud”).

³⁶ ficava a “cêrca de 2km . a oeste-noroeste de *Laval*, estava apenas a pouco mais de 6Km. das primeiras posições inimigas (...)” – Idem.

³⁷ Consultar Anexo A - *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI*.

³⁸ De forma a conseguir-se chegar o mais rapidamente a cada uma das Baterias. Consultar Anexo B - *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI (2)*.

³⁹ c.f. PT/AHM/1^a/35^a/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1^o Grupo no Exército Gouraud”).

⁴⁰ Idem.

⁴¹ No documento consultado faz referência a 18 mas há equívoco.

⁴² c.f. PT/AHM/1^a/35^a/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1^o Grupo no Exército Gouraud”).

⁴³ Distância topográfica à Bateria era de 9818 metros – Idem.

⁴⁴ Distância topográfica à Bateria era de 9815 metros – Idem.

⁴⁵ Cada vagão de munições levava 64 munições. c.f. PT/AHM/1^a/35^a/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1^o Grupo no Exército Gouraud”).

⁴⁶ Consultar Anexo A - *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI*.

⁴⁷ c.f. PT/AHM/1^a/35^a/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1^o Grupo no Exército Gouraud”).

“Às 15 horas 55 minutos. a 3ª Bateria cessava fogo, tendo consumido 124 tiros (os restantes 4 projecteis não foram disparados por se terem recebido a menos 4 cartuchos). Às 16 h.30m. a 2ª Bateria cessou fogo por ordem do Comandante do Grupo, por ter a S.R.OT.⁴⁸ interrompido a observação e declarado que não podia continuar. Tinha disparado 58 tiros”⁴⁹. Logo após o fim da missão deu-se o regresso das Baterias a St. Rémy, à posição 266⁵⁰.

O relatório do tiro⁵¹ mostrou grande eficácia da 3ª Bateria, no entanto a 2ª não teve a mesma sorte, como se pode verificar na transcrição:

“O tiro da 3ª Bateria foi magnífico; á terceira salva, o acôrdo das peças estava estabelecido e o ponto médio bem colocado, como mostraram as duas salvas de prova. A velocidade de tiro foi boa: em média, aproximadamente 1 tiro por minuto e meio, chegando, nas rajadas de eficácia, a cerca de 2,5 tiros por minuto. A 2ª bateria foi menos feliz; teve contra si o descarrilamento da 1ª peça logo ao primeiro tiro, os ‘não visto’ dos pontos de queda da 3ª peça, na primeira e segunda salva, a falha da 4ª peça na quinta salva, e a morosidade e irregularidade da observação; quando, vencendo todas essas dificuldades, ia entrar no tiro de eficácia, viu-se forçada a parar. Mas não cometeu êrros e o seu pessoal trabalhou com a mesma energia e boa vontade que o da outra, e que, em geral todo o do Grupo”⁵².

4.2.2. Os trabalhos na posição 262

Regressados à posição a 19 de maio, surgiu a 24 uma ordem de marcha, onde estava implícito o deslocamento das 2ª e 3ª Baterias para a posição 262⁵³, a fim de efetuarem trabalhos de acabamento da posição e ao mesmo tempo continuarem a ter instrução. Para que esta ação decorresse continuamente, estabeleceu-se a libertação, para os trabalhos de 100 militares por dia, iniciando com um horário laboral das 6 horas às 11 horas da manhã e das 13 horas às 18 horas.

⁴⁸ Equipas de observação.

⁴⁹ c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército Gouraud”).

⁵⁰ Consultar Anexo A – *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI*.

⁵¹ ‘Rapport de tir’ e as folhas de cálculo das 2 Baterias.

⁵² c.f. PT/AHM/1ª/35ª/1345/3 – Monografia do CAPI pelo Major Luciano Cordeiro (“O 1º Grupo no Exército Gouraud”).

⁵³ “(...) estava situada aproximadamente a 20 km. para sudeste de Reims, perto do canal do Aisne (...)” – Idem.

Assim, as Baterias partiram, chegando à posição “depois da meia-noite”⁵⁴ e a informação que circulava era que os trabalhos consistiam em reparações férreas, substituição dos canais e dos ramais de acesso, por um período previsto de 20 dias.

Nos dias seguintes, o alvoroço foi grande na posição, devido à ofensiva Alemã, a 27 de maio, que obrigou à retirada das 2 Baterias para o Campo de Mailly, agregando-se à 1ª (Martins, 1938, p.105 e 106).

4.2.3. “*Em Sommesous*”

O decorrer da guerra trazia novas perspectivas, impulsionando o Governo Inglês a pedir o ingresso do 1º Grupo⁵⁵ para junto do CAP bem como, dos restantes elementos do Corpo⁵⁶. No dia 28 de junho de 1918, foi feita toda a entrega do material das Baterias, por ordem dos altos comandos militares aliados, que haviam atribuído à ALVF um papel secundário, levando o CAPI a dissolver-se ou então a reduzir ainda mais o seu contributo no conflito.⁵⁷ Esta decisão foi, no entanto, constantemente adiada sendo orientado o Grupo à participação na rotina diária do campo, sem se salientar numa função de grande relevância. “O Grupo dava então: guardas (...) para o depósito de munições da Escola de Tiro; (...) polícia aos ramais durante os exercícios que aí se realizavam diariamente; piquete de incêndio ao Campo e contingentes para a carga e descarga de material de guerra na estação (...)”⁵⁸. Apesar de todo o impasse da situação, o terreno onde se encontravam era constantemente bombardeado pela aviação e Artilharia inimigas. Começaram a surgir novidades quando o encarregado do material⁵⁹ de guerra das tropas aliadas recebeu ordens para fornecer às Baterias do 1º Grupo material 190mm e 240mm.⁶⁰

Um objetivo das tropas aliadas, para o mês de setembro, era tomar a linha *Hindenburg*. O 1º Exército Americano, coadjuvado por forças Francesas, lançou-se à conquista de St.Mihiel, em 12 de setembro, ocupando-o em 3 dias, obrigando os Alemães a recuarem até à linha Michel. Esta ação perspectivou-se fundamental para o ânimo e moral das tropas Portuguesas, que ao que tudo indicava iriam brevemente contribuir para o conflito.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ O que restava do Corpo.

⁵⁶ Análise da Ordem de Corpo n.º 76, de 27 de Junho de 1918.

⁵⁷ c.f. PT/AHM/1/35/1345/3 – Monografia pelo Major Luciano José Cordeiro (“Em Sommesous”).

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Tenente-Coronel.

⁶⁰ c.f. PT/AHM/1/35/1345/3 – Monografia pelo Major Luciano José Cordeiro (“Em Sommesous”).

4.2.4. Os trabalhos de construção

Todavia, o destino traçado ao Grupo fora outro. Aquando do deslocamento do Coronel Câmara Pestana a Paris, em 20 de setembro, recebeu informação das intenções de colocar o CAPI na execução de trabalhos de reconstrução, nomeadamente, de vias férreas e estradas. A decisão não era, naturalmente, conveniente e do agrado das tropas Portuguesas, no entanto, a ordem para a sua consecução estava determinada. A 7 de outubro, o Grupo partiu da estação de Sommesous⁶¹, ficando a 1ª e 2ª Baterias no PC Rose⁶² e a 3ª no bosque de *La Chapelle*^{63 64}.

Durante a restante guerra o grupo procedeu a este tipo de trabalho, um pouco por toda a região, culminando-o com a sua extinção⁶⁵.

5. O CAPI NO CONTEXTO DISCIPLINAR

5.1. A INDISCIPLINA

No dia 9 de abril de 1918, era decretada em Ordem de Serviço a mobilização de parte do Corpo para a incorporação no CEP, em Havre, sendo constituído pelas 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Baterias e Bateria de Depósito. Todo o Destacamento levava para a viagem o equipamento individual, designadamente, fardamento e mantas, que haviam sido distribuídas, e a ração para 5 dias⁶⁶.

O contingente partiu no dia 10⁶⁷, pelas 23 horas e 45 minutos, sob o comando do Tenente-Coronel Daniel Rodrigues de Sousa⁶⁸, permanecendo em Inglaterra cerca de 8 meses, sendo a sua dissolução efetuada no dia 30 de novembro (Martins, 1938, p.111).

Durante este curto período de tempo verificaram-se graves insubordinações e falta de disciplina, por parte deste contingente Português, sobretudo no seu início.

⁶¹ Consultar ponto 14, Anexo A - *mapa da região de intervenção e mobilização do CAPI*.

⁶² 2km acima de St.Hilaire.

⁶³ A sul de Aubérive, na margem esquerda do rio Suippe.

⁶⁴ c.f. PT/AHM/1/35/1345/3 – Monografia pelo Major Luciano José Cordeiro (“Em Sommesous”).

⁶⁵ c.f. PT/AHM/1/35/1345/3 – Monografia pelo Major Luciano José Cordeiro (“De Suippes a Autry”).

⁶⁶ c.f. PT/AHM/1/35/1445/1 – CAPI (COMANDO) – Ordens de Serviço – “Ordem de Serviço n.º 95 do dia 9 de Abril de 1918”

⁶⁷ Segundo o Major Luciano José Cordeiro, a Ordem de Serviço afirmava a saída do Destacamento no dia 9 de Abril de 1918. Após leitura da mesma a constatação é falsa.

⁶⁸ c.f. PT/AHM/1/35/1345/3 – Monografia do CAPI – “A grande ofensiva alemã”.

O presente estudo foi baseado nos documentos telegrafados dos dias 23⁶⁹, 24⁷⁰, 25⁷¹ e 27⁷² de abril de 1918, e redigidos pelo Major Casqueiro⁷³.

No dia 23, deu-se a conhecer ao Chefe de Estado-Maior, pela mesma via, a insubordinação dos Portugueses, por se recusarem a assistir à instrução do material Inglês imposto para a sua formação, no dia transacto⁷⁴. O Comandante da Escola da Artilharia⁷⁵, em Horsham, reportou superiormente a situação, impondo, caso a ordem não fosse acatada pelas praças, proceder-se-ia à separação das Baterias do Destacamento pelos diversos quartéis em Inglaterra⁷⁶. Outra das propostas foi a formação das praças, em parada, e se prendessem as principais suspeitas até todas as responsabilidades estarem apuradas. No entanto, a rebelião no seio destas foi tão grande, que se constatou a impossibilidade de encontrar os verdadeiros responsáveis, ficando decidido que a melhor solução seria fazer um inquérito aos militares⁷⁷. É feita também referência à falta de Oficiais dos quadros no contingente, uma vez que a maioria eram Oficiais milicianos⁷⁸.

No telegrama de dia 24, é referida a ideia de fazer a incorporação das diferentes Baterias pelos diversos quartéis Ingleses, sendo esta medida desencorajada pois “pode trazer graves inconvenientes porque estes elementos de desordem e indisciplina a ninguém convem”⁷⁹.

Para que fosse imposta a disciplina no Destacamento de Artilharia Pesada, foi proposto pelo Major Casqueiro, a criação de uma força Inglesa, em número adequado, para impor a boa conduta do Destacamento, só devendo a mesma ser extinta após a prisão de todos os responsáveis pelo motim que invadia as tropas Portuguesas⁸⁰. O caso era tão crítico, que existe uma alínea no referido telegrama que previa: “a intervir sob a força das

⁶⁹ Consultar Anexo C – *Telegrama de dia 23 de Abril de 1918*.

⁷⁰ Consultar Anexos B,C e D – *Telegrama de dia 24 de Abril de 1918 e 2º Telegrama de dia 24 de Abril de 1918*.

⁷¹ Consultar Anexo E – *Telegrama de dia 25 de Abril de 1918*.

⁷² Consultar Anexos F – *Telegrama de dia 27 de Abril de 1918*.

⁷³ Adido militar em Inglaterra. cf. PT/AHM/1/35/1416/7.

⁷⁴ PT/AHM/1/35/1416/7 - Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 27 de Abril de 1918”

⁷⁵ Coronel Child – Idem.

⁷⁶ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 23 de Abril de 1918”

⁷⁷ Medida ineficaz, uma vez mais.

⁷⁸ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 23 de Abril de 1918”

⁷⁹ PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 24 de Abril de 1918”

⁸⁰ Idem.

armas a pedido do comando portuguez todas as vezes que este julgue necessaria a sua intervenção ”⁸¹.

Entretanto, caso a prisão dos supostos responsáveis não fosse resolutive, no respeitante às ordens emanadas superiormente, e ainda existissem atitudes de indisciplina, a separação das forças seria a melhor solução. Assim, divididas, receberiam em cada uma das suas unidades, todas as instruções de Artilharia, que necessitavam bem como todos os corretivos de âmbito disciplinar. Estava tudo a ser encarado com tamanha seriedade, por forma a suprimir este tipo de comportamentos, que se chegou ao ponto de distribuir aos Oficiais “ (...) revolvers regulamentares com as respectivas cargas para sua propria segurança e para manutenção da ordem nos casos em que nao seja necessario intervir forças extranhas ”⁸².

A dia 25 mencionou-se o insucesso das medidas inibidoras de indisciplina, no Destacamento, incluindo ainda a abstinência dos Oficiais para com as praças, de forma a não levarem mais longe a respetiva insubordinação. A força armada era contudo uma ação a evitar, pois apesar de toda a insubordinação patente, a prudência seria a melhor solução. Outra das razões apontadas pela falta de coesão no seio do Destacamento era a presença de alguns oficiais pois “sou da opiniao que alguns dos que aqui estao, tem de ser mandados apresentar n’esse Q.G.”⁸³.

Neste mesmo dia houve uma formatura geral⁸⁴, marcada pela atitude irrefletida do Tenente-Coronel Rodrigues de Sousa que “ (...) dirigiu-se ao General Robb em portuguez apresentando-lhe os seus cumprimentos e apontando para as praças disse-lhe que era a corporação dos maiores cobardes que tinha visto. Em altos brados e n’esta attitude hostil para com as praças instigou-os a que avançassem para elle se iram capazes agarrando eu este official e pedindo-lhe para que fosse embora porque a sua excitação dava-me a perceber que estava fora de si ”⁸⁵. O General Robb anunciou, em formatura, que faria uso à força caso o nível disciplinar no Destacamento não sofresse positivas alterações, atitude que não era do seu agrado devido à longa aliança que Portugueses e Britânicos partilhavam⁸⁶. O Major

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 25 de Abril de 1918”

⁸⁴ Presidida por dois Oficiais Generais (Robb e Chance) e presença do Comandante do Destacamento.

⁸⁵ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 27 de Abril de 1918”

⁸⁶ O primeiro tratado entre os países citados remonta ao ano de 1373, aquando do auxílio Britânico aos Portugueses na batalha de Aljubarrota frente aos Espanhóis.

Casqueiro foi ter com cada um dos Comandantes de Bateria para estes indicarem as praças, que segundo o seu comportamento, haviam de abandonar Horsham. Houve a designação de sargentos para acompanharem os infratores, no processo de expulsão do Destacamento. O furto marcou, também, indelevelmente a ação Portuguesa no seio do Corpo verificada numa revista, nesse mesmo dia, onde se encontraram “ (...) muitas facas de todos os tamanhos, munições de arma de infantaria que as praças tinham trazido de França, mascaras de gazes, etc.”⁸⁷.

Foi descrito ainda a intenção superior de não criar o referido Corpo Inglês, mas antes proceder ao envio de tropas Portuguesas para Inglaterra ou Portugal; intenção refutada pelo Major Casqueira. Segundo este, caso se enviassem estas forças para França a ação revelar-se-ia um fracasso, uma vez que o seu nível de indisciplina traria problemas nas forças que incorporassem. No entanto as opções apresentadas mostravam-se infrutíferas, pois mesmo que a opção fosse mandar o contingente para Portugal isso seria um incentivo à insubordinação⁸⁸.

Apesar da gravidade da situação, às 9 horas de dia 26 de abril “estavam as forças em formatura começando a essa hora a instrução de *gymnastica sueca*⁸⁹ e as 10 horas a instrução de peças que decorreu sem novidade”.⁹⁰

5.2. Os processos em Tribunal

Esta ação impulsadora de insubordinação no seio militar trouxe consequências aos indivíduos que nela participaram, uma vez apuradas responsabilidades.

Os militares geradores da revolta, que levou à não participação dos mesmos na instrução do material Inglês, sofreram as respetivas represálias em TG⁹¹, sendo contabilizados 52 militares⁹² envolvidos no ato de insubordinação e todos oriundos da classe de praças. A participação dos

⁸⁷ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 - Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 27 de Abril de 1918”

⁸⁸ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 25 de Abril de 1918”

⁸⁹ Conjunto de movimentos usado nas Forças Armadas que promoviam a boa postura através de exercícios desenvolvidos para o aumento da flexibilidade, tonificação muscular e redução de dores.

⁹⁰ c.f. PT/AHM/1/35/1416/7 – Processo relativo a uma insubordinação das praças do Destacamento de Horsham, do CAPI – “Telegrama do dia 27 de Abril de 1918”

⁹¹ Consultar Anexo G – *Militares condenados do Destacamento de Horsham*.

⁹² No registo do TGC aparecem os militares ordenados do n.º 1 ao 53, no entanto existe uma falha na contagem no n.º 27 para o 29.

arguidos em TG ficou efetivada no dia 6 de julho de 1918 e as sentenças confirmadas no dia 23, em Ordem de Serviço⁹³.

As penas foram desde os 6 anos e um dia de presídio militar com as penas acessórias de 6 anos e um dia de deportação militar⁹⁴ aos 8 anos de presídio militar com as penas acessórias de 8 anos de deportação militar⁹⁵. O caso presentemente tratado foi o que revelou maior gravidade no seio do Corpo, existindo no entanto situações particulares em que a insubordinação⁹⁶, a infração disciplinar⁹⁷ e a deserção⁹⁸ também estiveram presentes.

Em França a disciplina mostrou-se mais acentuada nos militares e os casos presentes em tribunal foram diminutos⁹⁹, dentro dos quais o mais gravoso foi a deserção¹⁰⁰

5.3. A censura

Durante o tempo que o CAPI esteve empregue em campanha, os militares tinham acesso a um serviço de correspondência, que passava obrigatoriamente, pela censura geral de correspondência¹⁰¹. Esta teve no seu reportório inúmeros casos de indivíduos que violaram o Regulamento de Censura¹⁰².

Um caso bastante crítico e digno de exemplo foi o passado no dia 16 de abril de 1918, no qual tinham chegado 334 cartas redigidas pelos militares do CAPI, reveladoras de insinuações de transgressão dos deveres de sigilo e do respeito militar, de tal forma gravosas, que a censura viu-se obrigada a confiscar todas a correspondência que ia para expedição, sendo toda ela era

⁹³ c.f. PT/AHM/1/35/938 – T.G.C. – Livro m/3.

⁹⁴ Aos restantes 51 militares – Idem.

⁹⁵ Aos arguidos José Maria Canário (1º cabo) e João da Cruz Alves (soldado) – c.f. PT/AHM/1/35/1507 – Livro n.º 14 – Movimento dos processos do Tribunal.

⁹⁶ Consultar Anexo I – “*Militar referenciado por insubordinação*”.

⁹⁷ Consultar Anexo J – “*Militar referenciado por infração disciplinar*”.

⁹⁸ Consultar Anexo K – “*Militar referenciado por deserção*”.

⁹⁹ Uma insubordinação presente em tribunal a 20 de Agosto de 1918 e uma evasão no dia 8 de Julho de 1919 – anexos PT/AHM/1/35/1507 – Livro 14 – Movimento dos processos do tribunal e PT/AHM/1/35/936/7 – Tribunais de Guerra – Relação das praças presas vindas de França que desembarcaram no dia 8 de Julho de 1919 e se evadiram.

¹⁰⁰ Consultar Anexo H – *Caso de deserção de uma praça oriunda do CAPI, em França*.

¹⁰¹ A correspondência que iria para expedição apenas podia ser consumada após ter sido censurada por uma unidade especial, criada para o efeito. O número de correspondência era tão elevada que não se tornava possível fazer a análise de todas as cartas logo a correspondência analisada vinha de uma lista proveniente da comissão de censura (Serrão, 1925, p.15).

¹⁰² c.f. PT/AHM/1/35/639 – CAPI (COMANDO) – Serviços: Saúde, Justiça, Participações, Postal e Censura.

oriunda de praças¹⁰³, contendo declarações insultuosas para com a classe de Oficiais “ (...) a quem atribuem a culpa de não regressarem a Portugal por quererem mais galões e por se acharem ganhando bem, (...), não são cá precisos”¹⁰⁴. Manuel Veríssimo Nunes chegava mesmo mais longe insinuando que “ (...) qualquer dia apanho alguns que ficam marcados para toda a vida”¹⁰⁵.

Estas atitudes muitas são muitas vezes atribuídas ao mal estar das tropas durante ações que delinearão a Grande Guerra, onde o tempo excessivo em campanha e nas “frentes” de combate afetavam psicologicamente o bem estar. Durante o conflito foram inúmeros os casos, reportados, de oficiais que vinham a Portugal de descanso e não mais voltaram, o que encadeou toda uma panóplia de revoltas preconizadas, substancialmente, pela classe das praças. No entanto, o motivo primordial deste tipo de atitudes irrefletidas prende-se ao facto das unidades adjacentes procederem à substituição das tropas enquanto o CAPI, atuando como organismo independente do Exército Português não tinha rotatividade.

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

DOCTRINA E EMPREGO DA ARTILHARIA

DEFESA AÉREA E GESTÃO DO ESPAÇO AÉREO

Pelo Capitão de Artilharia
ORLANDO RAUL MARQUES MOITA RODRIGUES REBELO

*“If we lose the war in the air, we lose the
war and we lose it quickly.”*

*Field Marshal Bernard Montgomery,
1887-1976*

1. ESTRUTURA NACIONAL E NATO DE DEFESA AÉREA E GESTÃO DO ESPAÇO AÉREO

Segundo o JP 1-02 – *“Dictionary of Military and Associated Terms”*, de 08 novembro 2010, “Defesa Aérea compreende medidas defensivas designadas para destruir ataques de aeronaves inimigas ou mísseis na atmosfera, ou para anular ou reduzir a eficácia do ataque”¹. Da análise da doutrina nacional considera-se minimalista a definição propondo-se que, Defesa Aérea compreende todas as medidas (ativas e passivas) e respetivos meios destinados a anular ou reduzir a eficácia dos ataques hostis efetuados pela ameaça aérea, por forma a permitir liberdade de ação às forças (onde se inclui instalações) amigas.

A Defesa Aérea integra um sistema coordenado e sincronizado que engloba três níveis de atuação:

¹ Tradução livre do JP 1-02.

- Operações Defensivas de Luta Aérea – permitem a defesa em profundidade, utilizando os meios de aquisição e alerta, armas e sistemas de Comando e Controlo (C2) da Força Aérea (FA), contrariando assim, as ações ofensivas do inimigo aéreo negando assim a subsequente liberdade de ação para efetuar operações aéreas ofensivas;
- Defesas Antiaéreas – constituídas por meios específicos de Artilharia Antiaérea (AAA) com responsabilidade primária de manter a liberdade de manobra e proteger elementos críticos da força que para além de prevenir ataques possuem capacidade de destruir a ameaça aérea;
- Autodefesa Antiaérea – conjunto das ações (ativas e passivas) desenvolvidas por todas as unidades, contra a ameaça aérea positivamente identificada como inimigo e que cometa contra essas unidades atos hostis;



O Espaço Aéreo mundial, e em especial o Território Nacional, decorrente da paz estável preponderante, é fortemente dominado pelos requisitos e pressão do tráfego aéreo comercial, sendo necessário uma forte ligação com as autoridades aeronáuticas civis. Em Portugal existem duas instituições ligadas à gestão do Espaço Aéreo. A primeira, é o Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) “(...) que tem por missão regular e fiscalizar o sector da aviação civil e supervisionar as atividades desenvolvidas neste sector. (...)”². A segunda, é NAV PORTUGAL E.P.E. que tem como missão prioritária a prestação de Serviços de Tráfego Aéreo nas Regiões de Informação de Voo (RIV) sob responsabilidade Portuguesa³. De acordo com a legislação e regulamentação nacional. A NAV Portugal como entidade responsável pelo serviço de tráfego aéreo propõe-se aos seguintes objetivos:

² Decreto-Lei Nº 145/2007 artº 3 Missão e atribuições.

³ Estatutos NAV Portugal EPE.

- Promover o fluxo ordenado, seguro e expedito das aeronaves;
- Fornecer todas as informações e sugestões úteis à segurança dos voos;
- Evitar colisões entre aeronaves;
- Evitar colisões entre aeronaves e obstáculos no solo;
- Alertar os organismos apropriados sempre que uma aeronave se encontre numa situação de emergência e necessite dos Serviços de Busca e Salvamento (SAR) e prestar a esses organismos toda a cooperação necessária.

Para além de garantir os serviços de tráfego aéreo, existe ainda, a necessidade de preservar a integridade do Território Nacional, e em particular para este artigo, o espaço aéreo. Para agilizar os procedimentos e a troca de informação oportuna a FA dispõe da Esquadra Independente de Tráfego Aéreo (EITA) competindo-lhe assegurar a informação e coordenação necessária sobre situações anómalas detetadas no tráfego civil que possam configurar uma ameaça, comunicando de imediato aos órgãos de Defesa Aérea (Comando Aéreo (CA) / Centro de Relato e Controlo (CRC)); coordenar com o Sistema de Tráfego Aéreo o voo de aeronaves militares nacionais, a autorização diplomática de aeronaves militares ou de Estado de um país terceiro, que pretende cruzar ou aterrar em território nacional e auxiliar na coordenação do Serviço de Busca e Salvamento Nacional.

A Defesa Aérea, em tempo de paz, tem como elementos chave a vigilância e o controlo do espaço aéreo para garantir uma capacidade dissuasora preponderante da defesa nacional que contribui para a segurança do território, deste modo. Deste modo *“Portugal e as Forças Armadas investiram num moderno Sistema de C2 (SICCAP)⁴, que tem vindo a ser progressivamente melhorado, de forma a proporcionar não só uma efetiva capacidade de vigilância (...), como exercer o C2 de todas as operações aéreas em território nacional, incluindo as de Defesa Aérea.”*⁵ O SICCAP é constituído por um CRC, um CRC Alternativo⁶ (CRC ALT), estações radar, sistemas de comunicações⁷ que permitem ligar todos os componentes e efetuar a ligação por *“Link”* a outros meios navais, aéreos e terrestres nacionais e internacionais e meios aéreos em estado de prontidão.

⁴ SICCAP – Sistema Integrado de Comando e Controlo Aéreo de Portugal

⁵ DIROP n°004/CEMGFA/2010

⁶ Localizado na BA11 em Beja e designado de *“Stand-by Operational Facility”* Beja (SOF Beja).

⁷ *“Ground-Air-Ground”* (G-A-G) em UHF, VHF e HF, *“Ground-Ground”* (G-G) em micro-ondas, *“hot lines”* e linhas telefónicas e de POMBAL – *“Portuguese Maritime Buffer AEW Link”*, utilizando bandas de UHF e HF, para coordenação de voz e troca de *“data”* em tempo real (L11 A) e UHF *“low band”* para troca de *“data”* em tempo real (L16).

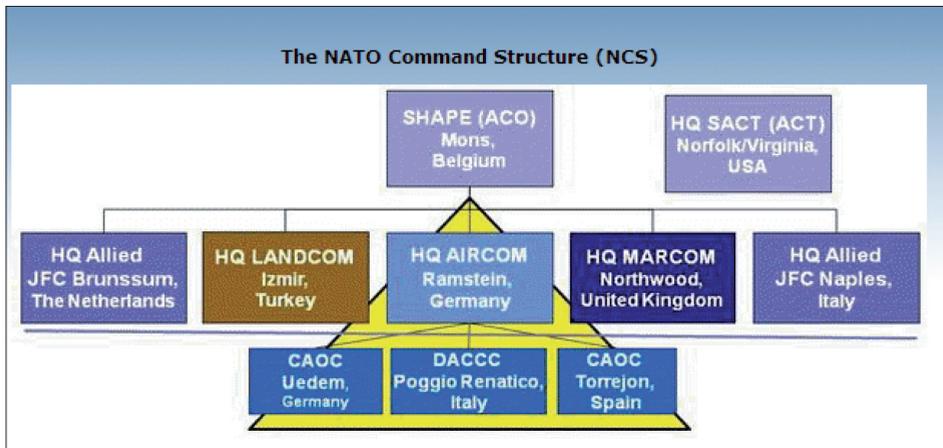
O SICCAP permite em tempo de paz:

- Avaliar e disseminar aviso antecipado;
- Manter um elevado Grau de Prontidão para dissuadir qualquer ameaça;
- Manter a integridade do espaço aéreo NATO dentro da ACO AOR⁸;
- Conduzir Operações de Policiamento Aéreo.

O SICCAP em tempo de paz, crise ou conflito:

- Atribuir forças para defender a ACO AOR de ataques aéreos;
- Anular ou reduzir a eficácia dos ataques inimigos;
- Infligir a maior atrição possível às Forças Aéreas INs;
- Contribuir para alcançar uma Situação Aérea Favorável.

Atualmente a NATO é responsável pelo Policiamento Aéreo e Defesa Aérea do espaço aéreo nacional em tempo de paz, crise e conflito, podendo intervir sobre aeronaves militares em incumprimento neste espaço aéreo. Nesta tarefa, a NATO emprega os meios do Sistema de Defesa Aérea (DAS) sedeados em território nacional (estações radar (ER), aeronaves intercetoras e CRC), as quais se encontram, por delegação nacional, sob Comando Tático (TACOM) do Centro de Operações Aéreas Combinado (CAOC TJ), em *Torrejon*, Madrid.



⁸ ACO AOR – *Allied Command for Operation in Area of Responsibility*.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DE LIGAÇÃO PARA A DEFESA AÉREA E GESTÃO DO ESPAÇO AÉREO

Os meios humanos afetos ao controlo do Espaço Aéreo encontram-se estruturados por escalões de comando, desde o batalhão de manobra ao Comandante da Componente Terrestre da Força Conjunta (JFLCC). Localizam-se nos Postos de Comando e com uma coordenação muito próxima com o apoio de fogos, estabelecendo assim, canais verticais e horizontais, através dos quais a informação e os requisitos de Defesa Aérea e Controlo do Espaço Aéreo são harmonizados e difundidos.

Numa Unidade de Manobra de Escalão Batalhão pertencente aos Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) nacional, não existem recursos humanos específicos para desempenhar a função de controlo do espaço aéreo. Consequentemente, esta função deve ser executada pelos meios do respetivo EM, em que ao nível Batalhão a função controlo do espaço aéreo seja da responsabilidade do S3, é contudo supervisionada pelo Adjunto do Oficial de Operações para o Apoio Aéreo sendo auxiliado pelo Oficial de Informações, Oficial de Apoio de Fogos e pelo Cmdt da Unidade de AAA em apoio. De facto, de acordo com a situação pode ainda ser reforçada com oficiais de ligação de unidades utilizadoras do espaço aéreo em apoio ao Batalhão, sendo disso exemplo o “*Forward Air Controller*” (FAC), a Aviação Ligeira do Exército, os “*Unmanned Aerial Systems*” (UAS), entre outros.

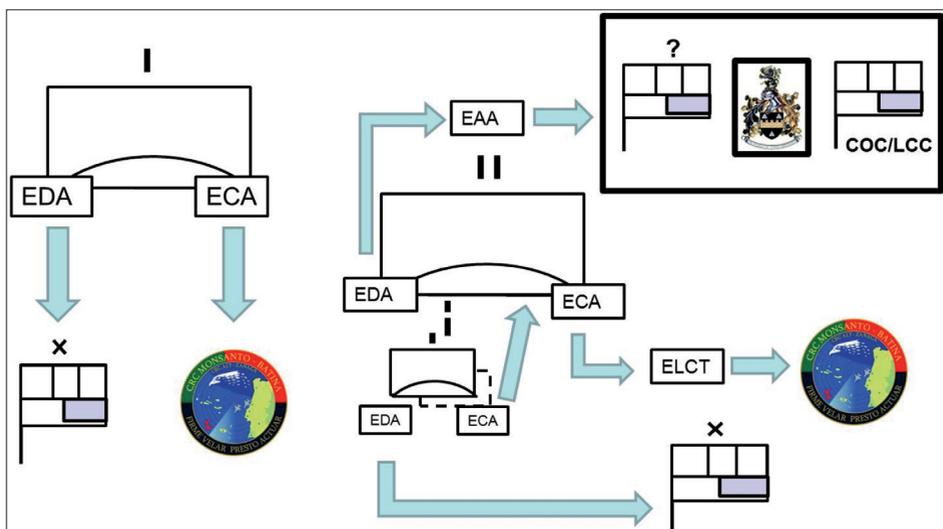
Nas Brigadas nacionais, de acordo com os QO, está contemplada uma Célula de Defesa Aérea e Gestão do Espaço Aéreo composta pelo Oficial Defesa Aérea (Cmdt BtrAAA), pelo Oficial Apoio Aéreo e pelos elementos da Equipa de Ligação da BtrAAA orgânica, e, pelo Oficial de Apoio de Fogos, pelo TACP e outros Oficiais de Ligação das unidades utilizadoras do Espaço Aéreo como acontece nos Batalhões. A esta célula compete efetuar a coordenação das operações antiaéreas com os outros elementos de estado-maior que planeiam e coordenam o uso do espaço aéreo da Brigada.

A AAA é o principal elemento das forças terrestres que contribui para a Defesa Aérea. Na verdade as Baterias de Artilharia Antiaérea (BtrAAA) e o Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAA) possuem uma secção de ligação capaz de colaborar na coordenação do espaço aéreo na área de responsabilidade da unidade apoiada, estabelecer contactos entre os Comandos com o fim de assegurar a compreensão mútua e contribuir na convergência de esforços para a obtenção da finalidade comum.

As BtrAAA pertencentes à ECOSF possuem na sua constituição uma Secção de Ligação composta por uma Equipa de Defesa Aérea (EDA) que é

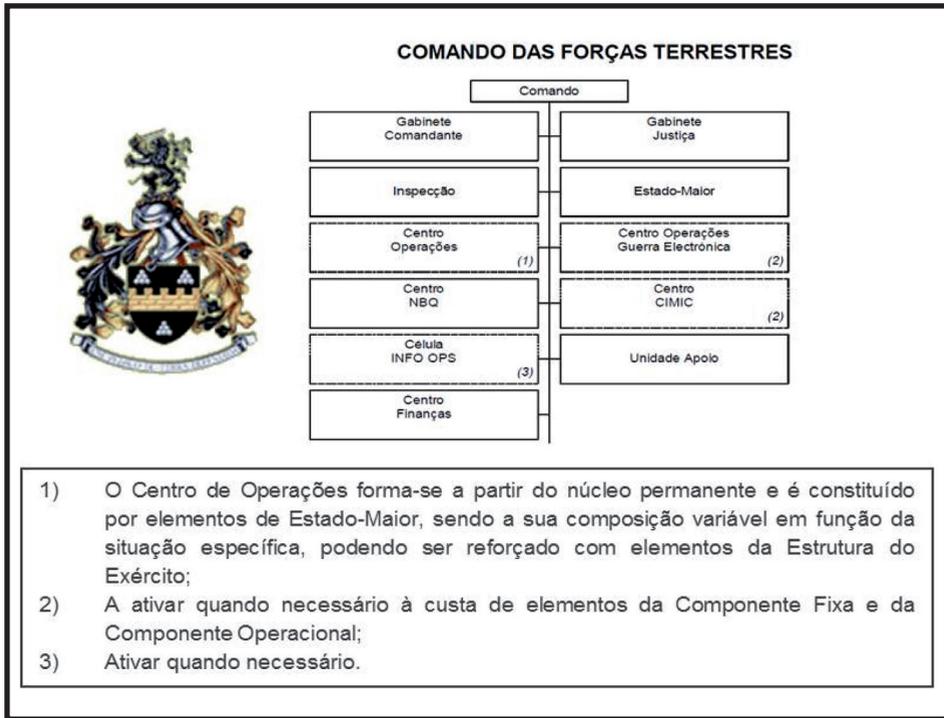
destacada para o PC da unidade apoiada, representando o elo de ligação entre o comandante da unidade de AAA e o comando da unidade apoiada; e uma Equipa de Coordenação Aérea (ECA) que vai para CRC da FA.

No GAAA para além da Secção de Ligação de constituição idêntica à das BtrAAA, possui ainda, um Oficial de Comando e Controlo do Espaço Aéreo que segundo o Quadro Orgânico⁹ em vigor desempenha funções no CRC/COA na Força Aérea.



Com a integração do GAAA na estrutura da força, há um reajuste das equipas. Isto é, a EDA da BtrAAA continua a ser destacada para o PC da unidade apoiada e a ECA reverte para o GAAA, que com a ECA do GAAA integram o Elemento de Ligação de Controlo Tático que é destacado para o CRC/COA na FA. A EDA do GAAA de acordo com a especificidade da operação e requisitos impostos integram o Elemento de Artilharia Antiaérea (EAAA) que é destacado para o Posto de Comando da Unidade Apoiada, podendo ser ser numa unidade escalão divisão, no Comando das Forças Terrestres (CFT), Comando Operacional Conjunto (COC) ou Comando de Componente Terrestre (LCC).

⁹ QO n° 08.06.11 GAAA 29JUN09.



O estudo dos elementos integrantes no SDA e Gestão do Espaço Aéreo apresentado, foi elaborado pela análise dos QO em vigor e regulamentos do Exército aprovados. O levantamento do GAAA para apoio a uma força de escalão superior a Brigada levanta alguns pressupostos:

1º Pressuposto – o GAAA integra uma força sob o Comando das Forças Terrestres (CFT). Da análise do QO do CFT não estão constituídos nem previstos elementos ou células para efetuar a Defesa Aérea ou Gestão do Espaço Aéreo. Existe apenas a menção que o Centro de Operações/CFT, se a situação o exigir, pode ser reforçado com o EAAA proveniente do GAAA.

2º Pressuposto – o GAAA integra a Força de Comando de Componente Terrestre. Segundo o PDMC 01¹⁰, não está constituído mas se a situação o justificar em território Nacional a EDA/GAAA deve reforçar o “*Land Component Command*” (LCC) e o EAAA deve reforçar o (COC).

¹⁰ Publicação Doutrinária Militar Conjunta PDMC – 01 de 04JUL12 do EMGFA.

NÃO CLASSIFICADO



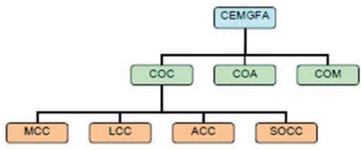
PDMC-01

DOCTRINA MILITAR
CONJUNTA

NÃO CLASSIFICADO

1. PDMC-01 – DOCTRINA MILITAR CONJUNTA é uma publicação não classificada e constitui-se como um complemento nacional à publicação NATO AJP-01 – *Allied Joint Doctrine*.
2. Recolheu o parecer favorável do Conselho de Chefes de Estado-Maior de 12Abr12.
3. PDMC-01 é efetivo quando recebido.
4. Esta publicação é a primeira de uma série designada por PDMC (Publicações de Doutrina Militar Conjunta), que segue um esquema de numeração paralelo ao da série AJP da NATO. Assim, o PDMC-01 está a par do AJP-01. Outras publicações da série PDMC poderão ser produzidas, se for constatada a necessidade.

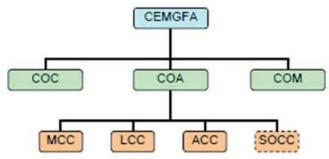
a. Operação em território nacional – continente.



```

graph TD
    CEMGFA[CEMGFA] --- COC[COC]
    CEMGFA --- COA[COA]
    CEMGFA --- COM[COM]
    COC --- MCC[MCC]
    COC --- LCC[LCC]
    COC --- ACC[ACC]
    COC --- SOCC[SOCC]
    
```

b. Operação em território nacional – Açores (ou Madeira). O COC acompanha a situação e apoia o COA (ou o COM).



```

graph TD
    CEMGFA[CEMGFA] --- COC[COC]
    CEMGFA --- COA[COA]
    CEMGFA --- COM[COM]
    COC --- MCC[MCC]
    COC --- LCC[LCC]
    COC --- ACC[ACC]
    COC --- SOCC[SOCC]
    style SOCC stroke-dasharray: 5 5
    
```

3. CONCLUSÕES

Em território Nacional e decorrente da paz estável vigente, o Espaço Aéreo é fortemente dominado pelos requisitos e pressão do tráfego aéreo comercial em que os sistemas de C2 militares têm uma forte interligação e coordenação com as autoridades aeronáuticas civis. A Defesa Aérea tem como elementos chave a vigilância e o controlo do Espaço Aéreo, constituindo-se como capacidade dissuasora preponderante da defesa nacional e contribui para a segurança do território. O SICCAP que para além de garantir uma efetiva capacidade permanente de vigilância do Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente, exerce o C2 de todas as operações aéreas em território nacional e integra o SDA da NATO. A integração dos sistemas, civil e militar, permite assegurar com um mínimo de recursos, a vigilância de uma área mais vasta e um maior volume de espaço aéreo garantindo a segurança global.

A Artilharia Antiaérea, através das BtrAAA e do GAAA, é o principal elemento das forças terrestres que contribui para a Defesa Aérea, para além das suas capacidades de conferir proteção Antiaérea aos pontos e áreas sensíveis e unidades de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, contra ataques aéreos de aeronaves hostis voando

a baixa e muito baixa altitude, colaborando e integrando na Defesa Aérea de áreas e pontos sensíveis, e contribuindo para a vigilância do Espaço Aérea e colmatando as lacunas a baixa e muito baixa altitude das ER da FA, em território nacional.

O SDA é um conjunto de sistemas de vigilância, de armas, de C2, sendo permanentemente alimentado por um sistema de comunicações robusto e fiável. Nesse sistema de comunicações é essencial a existência de contactos entre Comandos, a fim de assegurar a compreensão mútua e a convergência de esforços para a obtenção de uma finalidade e objetivos comuns, no qual vulgarmente, a este contacto designamos por Ligação.

As BtrAAA e GAAA, para além dos seus respetivos comandantes, possuem na sua orgânica uma Secção de Ligação capaz de colaborar na Defesa Aérea e na coordenação do espaço aéreo na área de responsabilidade, desde o Batalhão de Manobra ao Comandante da Componente Terrestre da Força Conjunta (JFLCC). Localizam-se nos Postos de Comando e com uma coordenação muito próxima com o apoio de fogos, estabelecendo assim, canais verticais e horizontais, através dos quais a informação e os requisitos de Defesa Aérea e Controlo do Espaço Aéreo são harmonizados e difundidos.

Da análise dos QO e da doutrina aprovada os postos de comando até escalão Brigada possuem elementos para planejar, coordenar e conduzir operações no âmbito de Defesa Aérea e sincronizar a utilização do Espaço Aéreo na sua área de responsabilidade. Com a integração do GAAA, temos uma possível força de escalão superior a Brigada, havendo a integração da Secção de Ligação, que fica condicionada aos requisitos específicos da missão e da força constituída.



OS ARTILHEIROS PORTUGUESES EM MISSÃO
*RELATO DE EXPERIÊNCIAS
E DESEMPENHO*

**EUROPEAN UNION
TRAINING MISSION IN
SOMALIA (EUTM-S)**

***O J2 Head – Intelligence Analyst
em Mogadíscio***

Pelo Major de Artilharia
LUÍS MIGUEL CLARO SARDINHA

It is now possible to see a day when the terrorists (Al Shabaab) will be reduced to a beleaguered group of insurgents, running out of hiding places and increasingly riven with internal disputes. But we should not be under any illusions. Terrorism will not disappear overnight.

Special Representative of the UN Secretary-General (SRSG) for Somalia, Nicholas Kay, September 30, 2014.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta e descreve as atividades desenvolvidas pelo Maj ART Luís Sardinha durante a sua participação na *European Union Training Mission in Somalia* (EUTM-S) como *J2 Head – Intelligence Analyst* no Teatro de Operações (TO) da SOMÁLIA, na cidade de Mogadíscio, que ocorreu de 28Mar14 a 10Out14.

Tem como linha condutora, descrever a situação que se vive num país onde já singrou uma ditadura, um período de guerra civil, uma governação segundo a perspectiva radical islâmica da Lei da Sharia e um período de combate a esse radicalismo, seguido do processo de implementação de uma democracia. É sobre este último período que trabalhamos e para o qual a comunidade internacional, onde se inclui a União Europeia, tem vindo a desenvolver, desde há alguns anos, diversas atividades de apoio.

Neste sentido faremos, inicialmente, uma breve descrição do país em termos Político, Militar, Económico, Social, Infraestruturas e Informação (PMESII), seguida da atual localização e configuração da missão EUTM-S, assim como das tarefas à mesma cometidas.

Após este enquadramento, são elencadas as funções e valências do J2 na EUTM-S, bem como os desafios e lições aprendidas, rematando com uma conclusão onde se expressa a importância da posição/cargo que Portugal garante há cerca de 4 anos, desde que a EUTM-S se iniciou no Uganda, e que deve continuar como uma responsabilidade externa do nosso País.

1. SOMÁLIA

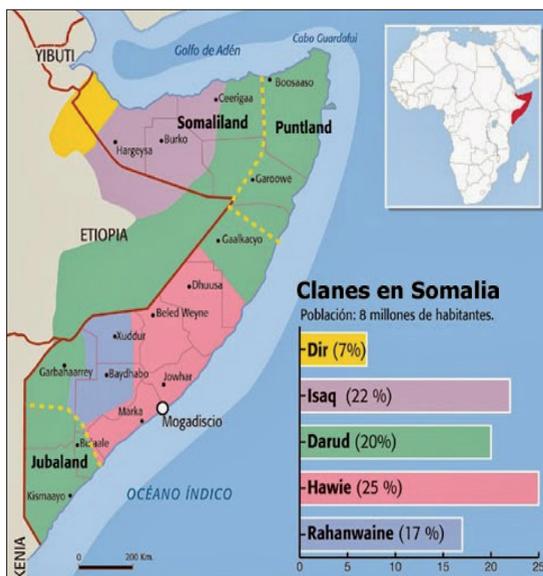


Figura 1 – Distribuição de Clãs.

A Somália (combinação de *Soo* e *Maal*, ou seja, Vai e Ordenha), foi uma colônia italiana, possuindo ainda muitas influências desta nação europeia, nomeadamente a língua que os somalis de mais idade ainda falam, assim como a diáspora somali que ultimamente tem regressado da Itália.

A independência da Somália e a união do Norte com o Sul aconteceu a 01 de Julho de 1960, data em que se aclama a nacionalidade na República Federal da Somália.

Após esta data sucederam-se períodos de ditadura que culminaram com o derrube, em 1991, do Presidente *Siad*

Barre e o acentuar de disputas entre senhores da guerra (*warlords*) associados aos seus clãs.

Estes clãs na Somália conseguiram ter muita influência junto da governação das várias regiões do país, o que veio a afirmar a expansão do radicalismo islâmico com o intuito de assumir o poder no país, expansão essa facilitada por a Somália ser um país de crença maioritariamente muçulmana. Os clãs de maior poder e influência na Somália são o clã *DAROD*, o *DIR*, o *HAWIYE*, o *ISAAQ* e o *RAHANWEYN* (*Digil and Mirifle*), sendo que ainda existem sub-clãs a eles agregados.

Descrição PMESII

a. Política

A Somália é uma República Federal constituída por 18 regiões administrativas e pelos estados, denominados autónomos, de *PUNTLAND* e *SOMALILAND*, considerando-se este último independente.

A governação da Somália assenta num Governo Parlamentar Federal, com uma Assembleia de 275 membros parlamentares/deputados (MP), os quais são eleitos por sufrágio universal seguindo uma regra específica adotada pelos clãs. Essa regra é denominada de 4:5, isto é, 200 lugares do parlamento são ocupados pelos 4 (quatro) clãs mais importantes – *Darod*, *Dir*, *Hawiye*, *Isaaq* – e os restantes 75 lugares distribuídos pelos 5 (cinco) clãs de menor relevo e importância.

São estes MP que elegem o Presidente da República, atualmente *Hassan Sheikh Mohamed*, e este nomeia o governo em concordância com os MP. Refira-se que, durante o período da missão a que se reporta este artigo, o Primeiro-ministro da Somália era *Abdiweli Sheikh Ahmed*, cidadão de um clã diferente do Presidente, em conformidade com a diversidade de clãs que deve existir na governação do país.



Figura 2 – Mapa da Somália.

Durante este período de missão diversas alterações ocorreram no Governo e instituições de segurança da Somália, com Ministros a serem destituídos e Diretores Gerais da Polícia e da Segurança a serem exonerados dos seus cargos, após alguns ataques terroristas, sendo entretanto empossados cidadãos mais próximos do Presidente em termos políticos e tribais.

b. Militar

A Somália tem uma organização militar ainda algo assente nas estruturas dos clãs, com uma componente terrestre constituída por um exército de 10 Brigadas de Infantaria com um número de batalhões nunca firmemente determinado e distribuídos pelas diversas regiões do país. As componentes, naval e aérea são inexistentes.

A guerra contra a organização terrorista Al-Shaabab (AS), com ligações à Al-Qaeda, que já esteve no poder e foi derrotada e expulsa da cidade de Mogadíscio em meados de 2011 é efetuada pelas forças da *African Union Mission in Somalia* (AMISOM) e pelo Governo de Transição, apoiado pelas Nações Unidas.



Figura 3 – Operações da AMISOM.

No período a que se refere este artigo foram efetuadas duas grandes operações ofensivas, a Operação *Eagle* e a Operação *Indian Ocean*, no sentido de derrotar e expulsar a AS das regiões Centro e Sul que ainda estavam sobre o seu poder.

Na Operação *Indian Ocean*, a então cidade bastião da AS, *Baraawe*, foi conquistada sem muita oposição assim como grande parte das restantes cidades, com a AS a evitar o confronto militar convencional e enfrentar a AMISOM e as Forças Armadas da Somália [*Somalia National Armed Forces* (SNAF)] de uma forma subversiva, através de emboscadas a colunas militares e com uma atuação tipicamente terrorista, com a

utilização de engenhos explosivos improvisados [*Improved Explosive Device* (IED)] e ataques complexos¹ contra instituições e individualidades do estado Somali.

c. Economia

A economia assenta basicamente na produção agrícola e animal, salientando-se a criação de gado e em grande parte a cultura do *Khat*, planta esta que a Organização Mundial de Saúde classificou como droga, fruto da sintomatologia similar às anfetaminas, que causa excitação e euforia, e que o Governo da Somália não considera ilegal.

A produção do *Khat* proporciona elevados índices de exportação para os países vizinhos, nomeadamente para o Quênia, e todo este comércio é evidente no Aeroporto Internacional de Mogadíscio, onde diariamente dezenas de aeronaves aterram e voltam a descolar carregadas de sacos com essa planta.

O sector das telecomunicações tem também grande peso na economia, com duas operadoras de telecomunicações móveis a operar no país, a *Nation Link* e a *Hormud*, esta última com suspeitas de ligação à AS. Salienta-se também que não existe um serviço de telecomunicações fixas/terrestre implantado na Somália.

d. Social

Como já referido, a Somália vive ainda muito assente num sistema de clãs, contudo tem sido feito um esforço para não predominar o favorecimento dos mais poderosos. (Na região da cidade de *Barawe* é mencionado por vários somalis que existe um clã de descendentes de portugueses, derivado ainda dos nossos navegadores).



Figura 4 – Campo de IDP.

¹ Os ataques complexos desencadeados pela AS caracterizam-se pelo emprego de veículos com explosivos, denominados *Vehicle Born IED* (VBIED) ou *Suicide Vehicle Born IED* (SVBIED), ou até com bombistas suicidas, *Personnel Born IED* (PBIED), seguidos de um ataque apeado com cerca de 5 a 10 terroristas geralmente envergando uniformes das SNAF.

A religião predominante é a muçulmana, predominantemente Sunita, celebrando-se os respetivos eventos religiosos, com destaque para o Ramadão.

Derivado dos diversos conflitos, a Somália, e em especial a sua capital, Mogadíscio, tem uma enorme população de deslocados, concentrados em diversos campos de *Internally Displaced People* (IDP) nas áreas mais suburbanas da cidade. Todavia e apesar das dificuldades existentes é raro o cidadão que não dispõe de um telemóvel.

Apesar de tudo, Mogadíscio e outras cidades na Somália revelam áreas onde se denota algum desenvolvimento civilizacional.

e. Infraestruturas



Figura 5 – Aeroporto Internacional de Mogadíscio.

A Somália dispõe de algumas estruturas portuárias em cidades como Mogadíscio, *Baraawe* e *Kismayo*, existindo nesta última um porto de águas profundas.

Em termos aeroportuários, salienta-se o Aeroporto Internacional de Mogadíscio que juntamente com o porto marítimo é gerido por uma multinacional turca. Neste aeroporto a única transportadora aérea não africana que opera para o país é a *Turkish Airlines*, sendo que serve de

veículo saída e de entrada para a Europa e para outros pontos do globo fora de África.

f. Informação

A quantidade de meios de comunicação social é também considerável, quer em termos de imprensa escrita como radiofónicos, sendo os televisivos em menor número compensados pelo fácil acesso a canais por satélite. Existem suspeitas de ligação de vários meios de comunicação social à AS, com especial enfoque para a imprensa escrita e digital.

2. EUTM-S

a. Organização

O Conselho da União Europeia (UE), através da Resolução 2011/483/PESC de 28Jul11, alterou e prorrogou a Resolução 2010/96/PESC de 15Fev10, com a finalidade de prolongar a missão EUTM-S pelo prazo suplementar de um ano, até ao final de 2012.

A 17Jan13 é aprovada a Resolução 2013/44/PESC de 17Jan13, no qual o Conselho da UE redefiniu a “nova” missão da EUTM-S, aprovando a extensão do seu mandato até 31Mar15. Esta decisão previu a mudança gradual das atividades de formação no Uganda para a Somália, projeção que se iniciou no final de 2013.

A transferência total da EUTM-S do Teatro de Operações (TO) do UGANDA para o TO da SOMÁLIA, juntamente com o seu *Mission Head Quarters* (MHQ) para Mogadíscio, ficou concluída a 01Jan14 com a declaração da sua *Full Operational Capability* (FOC) e extinção do *Mentoring Advisor Team Element* (MATE) HQ em Fev14.

O Conselho da UE, através da Resolução 2014/860/PESC, de 01Dez14, alterou e prorrogou a Resolução 2010/96/PESC relativa à missão da EUTM-S, prolongando a missão para um 4º Mandato de 02 (dois) anos que inicia em abril 2015 e termina 31 de dezembro de 2016

A EUTM-S tem na sua totalidade cerca de 120 militares de 12 nações, das quais uma não pertence à União Europeia (UE), a Sérvia, que tem a seu cargo o Apoio Sanitário de ROLE e está organizada conforme se apresenta na Figura 6.

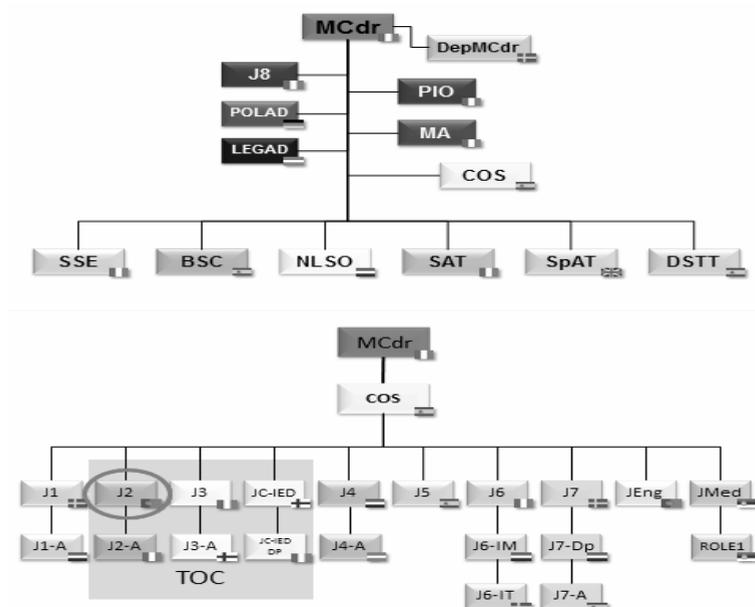


Figura 6 – Organograma da EUTM-Somália.

b. Missão

A EUTM-S tem como missão, conferir assessoria política e estratégica às autoridades Somalis junto do Ministério da Defesa e do Estado-Maior das Forças Armadas, aconselhar sobre a Reforma do Setor da Segurança, facultar formação militar especializada e orientação no domínio da formação e garantir apoio a outros atores da UE na execução dos seus respetivos mandatos.

c. Localização

Todas as tarefas chave da missão são desenvolvidas na cidade de Mogadíscio, apesar do apoio financeiro e logístico seja a partir de Nairobi no Quênia.

Em Mogadíscio, a EUTM-S está estacionada no *International Campus* (IC)² no extremo sudoeste da cidade, no interior da área protegida do pela AMISOM do *Mogadishu International Airport* (MIA).

² Espaço que pertence à empresa Bancroft (*Bancroft Global Development is a multinational, not-for-profit nongovernment organization that implements stabilization initiatives in conflict zones*).

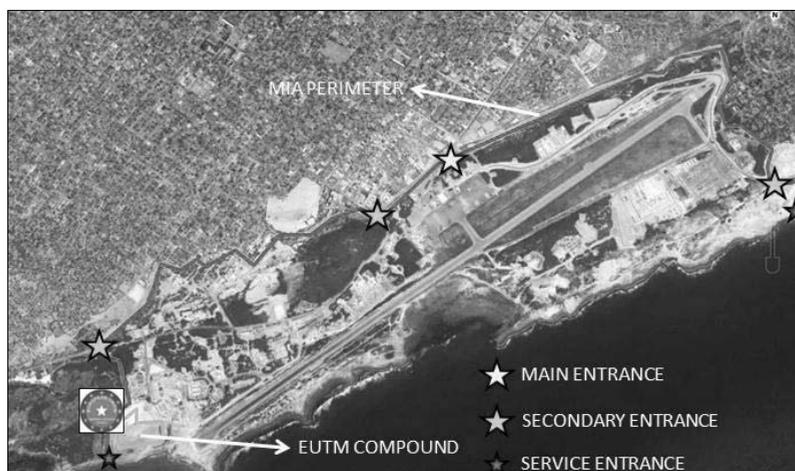


Figura 7 – Perímetro do MIA.



Figura 8 – International Campus (IC).

d. Atividades desenvolvidas

Decorrente da missão da EUTM-S, e para além das atividades de formação que ocorrem no *Jazeera Training Camp*, campo de instrução e formação das SNAF, a cerca de 2km do IC, as atividades de mentoria e



Figura 9 – Ministério da Defesa em Gashandiga.

aconselhamento ocorrem no centro da cidade capital da Somália, nomeadamente em *Villa Somalia*, onde se encontra o Palácio Presidencial e grande parte dos gabinetes ministeriais, e também no extremo norte de Mogadíscio, em *Gashandiga*, onde se encontra o Ministério da Defesa e o Comando das Forças Armadas da Somália.

3. ATIVIDADES DO J2

Resultantes da deslocalização da EUTM-S ocorreram algumas alterações de efetivo da Missão nomeadamente na Célula J2, que era composta por um J2 *Intelligence Analyst* (Head), um J2 *Deputy* e um J2 *Assistant*, tendo o cargo de J2 *Deputy* sido extinto a 13ABR14, resultando daí que a Célula de *Intelligence* tivesse somente 2 elementos.

a. Battle Rythm

No âmbito das atividades do J2 estas seguiram um *Battle Rythm* semanal intenso com atividades diárias de ligação com entidades e reconhecimentos contributivos para a *Situational Awarness* e ainda briefings, de onde se destaca o *Operational Briefing* que se realizava todos os dias com exceção das quintas-feiras. Neste briefing apresentavam-se os incidentes que ocorriam durante o dia em curso e no dia anterior e efetuava-se a avaliação da situação e do risco no sentido de apoiar a decisão do *Mission Commander* (MCdr), sobre os movimentos do dia seguinte, e aconselhava-se o Comandante da *Force Protection* (FP) sobre os itinerários a tomar durante os movimentos.

Salienta-se também o *Commanders Update Briefing* onde se apresentavam as atividades e incidentes que tinham ocorrido em Mogadíscio e concluía-se com a respetiva avaliação do risco e um *Final Assessment* sobre a situação na Somália, em geral, e em Mogadíscio, em particular.

b. Ligação

Apesar do J2 não dispor de órgãos de recolha, essa tarefa estava a seu cargo, assim como a análise e produção de *intel* de carácter político e estratégico na região.

Com o intuito de obter mais notícias e informações, para além do que se retirava de fontes abertas, foram estabelecidas ligações com o J2 da AMISOM, com a *United Nations Department of Safety and Security* (UNDSS) da *United Nations Assistance Mission in Somalia* (UNSAM), com o serviço de informações e segurança da Somália (NISA) e ainda estabelecidos contactos com alguns *National Intelligence Cell* (NIC) no TO.

Estas atividades de ligação contribuíram para o desenvolvimento de produtos numa base diária, semanal e mensal, nomeadamente análise de *Security Threat Informations*, elaboração do *Weekly Intelli-*



Figura 10 – Meeting com AMISOM.



Figura 11 – Magentic IED.

gence Report, Special Assessments, e Vulnerability Assessments.

Os contactos estabelecidos tinham como objetivo reduzir o risco de um eventual ataque pela AS aos locais onde todas as tarefas eram desenvolvidas, ao IC e contra as colunas de viaturas da EUTM-S. Esta era considerada uma das maiores preocupações atendendo às técnicas de ataque e combate da AS assentes em artefactos explosivos.

c. Desafios e lições aprendidas

Um grande desafio foi o J2 ser constituído por 02 elementos e a estes estar atribuída a responsabilidade de recolha, análise e produção de

informações e segurança na EUTM-S, perante uma ameaça avaliada como elevada pelas instituições europeias e pela missão.

A mobilidade estava condicionada por questões de segurança, num TO bastante volátil, com um reduzido número de veículos blindados e militares para a FP disponível, aliada ainda a uma capacidade de Evacuação Sanitária também ela algo débil face ao mandato da missão (missão não executiva).

Considerado ainda como um desafio, foi a dependência de outros, em termos de recolha de informações, nomeadamente das UN e de Fontes Abertas.

Retiraram-se várias e válidas lições da missão, mormente a necessidade de acompanhamento da situação não só no âmbito tático, mas também operacional e estratégico, numa área de interesse bastante mais alargada, que concedeu uma noção da realidade em termos regionais mais rigorosa e com informação mais eficaz no apoio às operações. Releva-se a ligação estabelecida com diversos atores que foi uma mais-valia para a Missão e para o J2, no conhecimento do país e de Mogadíscio, bem como da principal ameaça, a AS, e a sua forma de atuar.

4. CONCLUSÕES

Apesar das dificuldades iniciais de manter e encetar novos contactos e ligações, a par de incrementar novos procedimentos, poder-se-á afirmar que o cargo que Portugal assume na EUTM-S, como Chefe do J2, encerra enorme responsabilidade, sendo considerado pelo MCdr, como a célula mais importante da missão.

Este facto era verificado nos momentos em que o J2, como principal conselheiro do MCdr, no âmbito de *intel* e segurança, aconselhava o não movimento para diversos locais ou por alguns itinerários e a decisão seguia efetivamente nesse sentido. Isso conduz a afirmar o seu papel decisivo e relevante no apoio à decisão do MCdr para atividades e movimentos essenciais ao cumprimento da missão da força.

É ainda de referir que o desempenho técnico e operacional dos militares portugueses tem um registo enormemente apreciado por todos os parceiros. Considera-se que os conhecimentos que os Artilheiros vão adquirindo, ao longo da carreira, permitem este desempenho de forma eficiente, em todas as tarefas ligadas ao ambiente internacional vivido.

Face aos resultados e à imagem que os militares portugueses vêm denotando, a par da importância do cargo, considera-se conveniente que Portugal mantenha esta posição de J2 *Intelligence Analyst* no QG da EUTM-S na Somália.



Figura 12 – Despedida do J2 com o Mission.

BILBIOGRAFIA

- Resolução 2010/96/PESC, do Conselho da União Europeia, 15FEV10;
- Resolução 2011/483/PESC, do Conselho da União Europeia, 28JUL11;
- Resolução 2013/44/PESC, do Conselho da União Europeia, 17JAN13;
- Resolução 2014/860/PESC, do Conselho da União Europeia, de 01Dez14;
- Diretiva Operacional N° 18/CEMGFA/14 – EUTM/SOMÁLIA – Apoio à formação das Forças de Segurança da SOMÁLIA, de 02Abr;
- EUTM/SOMALIA *Mission Plan*, de 05Mar13.



ESPAÇO ACADÉMICO, TÉCNICO
E CIENTÍFICO

CALIBRE REDUZIDO

O passado cada vez mais presente

Pelos Tenentes de Artilharia
RICARDO VALPAÇOS DIAS
LUÍS MIGUEL DE MELO BATISTA NUNES
e JOÃO PAULO MARTINS SILVA

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já têm a forma do nosso corpo e esquecer os caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo da travessia – e, senão ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre à margem de nós mesmos.”

Fernando Pessoa

RESUMO

A Formação de Artilharia na Escola das Armas necessitava de algo que permitisse consolidar a Formação Militar Técnica e Tática. Para isso e tendo em conta que não dispõe de um “INFRONT”, pensou-se num dispositivo que há algum tempo estava esquecido nas prateleiras da antiga Escola Prática de Artilharia. Assim começamos a reunir esforços para viabilizar a implementação e utilização do Calibre Reduzido nesta Escola. Foi então criado o Polígono de Tiro para Calibre Reduzido e adquiridos os dispositivos M31, os quais estão hoje a ser utilizados para o objetivo atrás referido: consolidar a FGMTT.

Palavras-chave: *Tiro de Artilharia de Campanha, Formação, Dispositivo de Calibre Reduzido 14,5mm, Polígono para Calibre Reduzido.*

A ARTILHARIA NA ESCOLA DAS ARMAS

Um ano depois da desativação das Escolas Práticas das Armas e a consequente criação da Escola das Armas (EA), muitas mudanças e adaptações ocorreram, quer no Convento que agora é a nossa Casa, quer nas tradições e costumes que, apesar de não se terem perdido, foram sujeitas a ligeiras alterações. Houve a necessidade de adaptar o espaço disponível à nova realidade das Armas Combinadas, sabendo que apenas o serão se garantirem a especificidade de cada uma.

Na formação dos futuros Artilheiros do Quadro Permanente e das diferentes Especialidades sentimos a necessidade de colocar os ensinamentos teóricos em prática, sendo os Fogos Reais (FR) e os Exercícios de REOP (Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posições) fundamentais para complementar e consolidar a Formação Geral Militar Técnica e Tática (FGMTT) ministrada, o que faz com que a sala de aula e o Polígono de Tiro sejam indissociáveis.

O Polígono de Tiro, neste novo espaço de formação, não se encontrava paredes meias com as salas de aula, facto que, à partida, poderia condicionar a formação da Artilharia. Recusando essa ideia, mas tendo a consciência de que as dimensões da Tapada Militar assim como a sua proximidade à Vila de Mafra não permitiriam a realização de sessões de Fogos de Reais de Artilharia de Campanha, equacionou-se a criação de um Polígono de Tiro para o Calibre Reduzido.

Tendo como farol o ano letivo 2014/15 para início da sua utilização, começaram-se a meio do ano de 2014, a efetuar os primeiros levantamentos topográficos na Tapada e a estabelecer os primeiros contactos com o exterior tendo em vista a aquisição dos Redutores de Calibre M31 que se encontravam no RA5 em Vendas Novas.

Criado o “Polígono de Mafra”, e apesar de este não substituir o Tiro Real, verifica-se que proporciona o treino dos procedimentos de Escola de Secção, do Cálculo e da Observação do Tiro. Assim sendo, este artigo pretende dar a conhecer a utilização e implementação do redutor de calibre M31 na EA.

O DISPOSITIVO DE CALIBRE REDUZIDO

O dispositivo de tiro reduzido de AC de calibre 14,5mm é um sistema de treino de origem alemã que foi utilizado pelo Exército até 2002, e que começa agora novamente a ser visto como outra possível solução para fazer face aos problemas da conjuntura atual que a Artilharia tem vindo a enfrentar. Problemas estes, que vão desde os polígonos de tiro que cada vez são mais limitados e que por vezes implicam grandes deslocamentos, às restrições orçamentais que por sua vez, limitam a utilização de munição real.

Este dispositivo de simulação permite treinar todos os elementos da equipa de Artilharia, nomeadamente os Observadores Avançados (OAV), o Posto Central de Tiro (PCT) e as Armas, reduzindo em muito os gastos e possibilitando o treino num maior número de áreas, uma vez que utiliza projéteis inofensivos mas que mantêm todas as propriedades balísticas de um projétil real. Além disso, como já referido, permite o treino de toda a equipa de Artilharia não de uma forma independente, mas sim integrada, em condições que se assemelham ao real.

No entanto, e apesar deste dispositivo simular uma situação real, não deve substituir o treino com munição real, devendo apenas servir para a Para a utilização do tiro reduzido de AC são necessários alguns requisitos, como são exemplos um polígono “reduzido” à escala 1/10 e uma carta respetiva à escala de 1/5000; contudo, todo o restante equipamento necessário ao OAV (bússola, GB, binóculos,...) é o mesmo que é usado em situação real.

Este dispositivo foi inicialmente concebido para treino da observação do tiro de Artilharia, pelo que se traduz como ideal para a prática da localização de objetivos, para a elaboração e transmissão de pedidos de tiro e para a aplicação dos procedimentos e técnicas de regulação de tiro, com exceções na determinação do fator OT, que é baseado em 100 m em vez dos 1000 m, e da regulação de tempos que envolve uma sequência própria, uma vez que a graduação de espoleta é pré-estabelecida em 3 seg ou 6 seg.

O tiro reduzido de tempos poderá neste âmbito, ser encarado como uma limitação do dispositivo, contudo o principal objetivo é treinar a leitura de valores de rebentamentos em tempos.

Tal como sucede na observação do tiro, também no treino dos elementos do PCT o equipamento a utilizar é o mesmo que no tiro real, que embora adaptado ao dispositivo, permite uma rápida familiarização com o mesmo e facilita a aprendizagem das técnicas e dos procedimentos base do tiro.

Contudo, importa salientar, que o facto das espoletas de tempos não serem reguláveis dificulta ou até limita a prática das técnicas do tiro de tempos. Além disso, e esta traduz-se verdadeiramente como uma limitação, é o fato das Tábuas de Tiro Numéricas (TTN – Figura 1) não conterem todos os valores constantes numa TTN real, impossibilitando como por exemplo, a correção dos efeitos na velocidade devido à temperatura das cargas, ou até mesmo o cálculo da Correção Complementar do Ângulo de Sítio.

No entanto, apesar de algumas diferenças nos procedimentos, este dispositivo continua a ser uma boa solução para o treino dos elementos do PCT.

CHARGE 1									CHARGE 1											
TABLE F									TABLE F											
1	2	3	4	5a	5b	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	1
Range	Elevation	Flux velocity for given burst	Correction of line setting	Change in range for 100 m change in range	Change in range for 100 m change in range	Flux 4 FEI	Time of flight	Azimuth corrections	Drift	Muzzle velocity	Increase of 100	Range wind 1 knot	Head	Tail wind 1 knot	Drift	Range corrections for air temperature	Air density	Proposable weight of	Drift	Range
R	EL	FS	DFS	CR	CR	mi	TF	DE	OV	dm	INC	NEAD	TITL	DEC	dm	DEC	INC	DM	INC	dm
dm	mil			mil	dm	mi	s	mil		dm	dm	dm	dm	dm	dm	dm	dm	dm	dm	dm
3500	141			5	20	14	3.2	2	0.3											
3600	146			5	20	15	3.3	2	0.3											
3700	151			5	20	16	3.4	2	0.3											
3800	156			5	20	16	3.6	2	0.3											
3900	161			5	20	17	2.7	2	0.3											
4000	166			5	20	17	3.8	2	0.4											
4100	171			5	20	18	3.9	2	0.4											
4200	176			5	19	19	4.0	2	0.4											
4300	181			5	19	19	4.1	2	0.4											
4400	187			5	18	21	4.3	2	0.4											

Figura 1 – Exemplo de TTN do Dispositivo de Calibre Reduzido 14,5mm.

Ao nível das armas, é possível operar o dispositivo de calibre reduzido 14,5mm com duas configurações possíveis: montado num tripé ou adaptado diretamente na câmara de um obus.



Figura 2 – Dispositivo de Calibre Reduzido montado no tripé.

Na primeira, ou seja, com o dispositivo montado num tripé (Figura 2), ele é manuseado como um obus, pois tem incorporado consigo a sua própria luneta permitindo-lhe ser apontado e ser direcionado da mesma forma como no real, possibilitando assim o treino destes procedimentos. No entanto, apenas permite a prática ao Comandante de Secção e ao Servente Apontador.

Esta limitação é colmatada, quando o dispositivo é utilizado montado diretamente na câmara do obus. Desta forma, para além de possibilitar o treino de toda a guarnição, possibilita também a adaptação ao material, uma vez que todos os procedimentos com exceção do disparo, são efetuados no próprio obus.

Na EA, os vários Oficiais Tirocinantes e Sargentos Alunos de Artilharia, já têm assim desta forma contacto com o calibre reduzido na realização de sessões de FR, tanto com o obus M114A1 155mm como com o obus M119 LG 105mm, que cada vez mais se tem mostrado como um fundamental complemento à formação.

O POLÍGONO DE TIRO DE MAFRA

Os Polígonos de Tiro para este material “podem ser permanentes, semi-permanentes e temporários, sendo esta, como é lógico, a ordem de preferência” (manual, pag 5-8). Na Escola das Armas foi construído um polígono de tiro semipermanente¹, estando a posição das bocas de fogo, os três observatórios e os objetivos levantados topograficamente e materializados por marcas que se encontram ao nível do solo.

A Segurança do Tiro, inerente a qualquer sessão de Fogos Reais de Artilharia de Campanha, também deve estar presente nos Fogos realizados com o calibre Reduzido.

Quando estamos a utilizar o dispositivo de calibre reduzido M31 (14.5mm) esta, é feita de forma diferente à efetuada quando utilizamos o calibre 105mm ou 155mm, neste caso, também precavemos os desvios prováveis, mas ao invés de nos preocupamos com o raio de ação da granada, preocupamo-nos com os ricochetes que podem ser causados no nosso projétil (Figura 3). Devemos, portanto, ter em consideração a natureza do solo e a distância a que o tiro está a ser efetuado para depois aplicarmos lateral e longitudinalmente as distâncias máximas de ricochete².

Para calcularmos a Área Perigosa, aos limites da caixa de impactos temos de aplicar os Ex e Ey e tendo em conta que o terreno onde os nossos objetivos são implantados é de natureza Mole/Médio³ e que estes estão

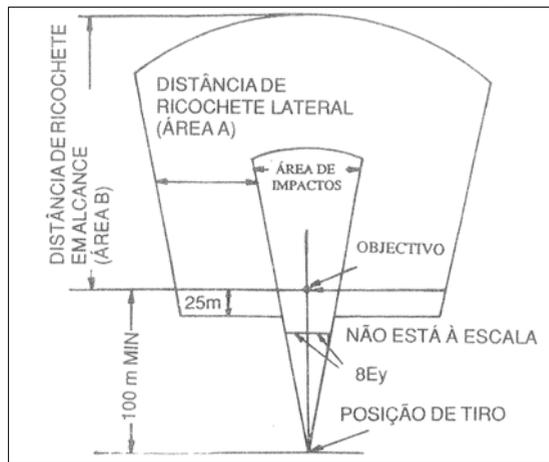


Figura 3 – Cálculo da Área Perigosa.

¹ “Um polígono semi-permanente é aquele que tem de ser compartilhado com outras actividades, exercícios ou operações, tais como carreiras de tiro, campos de exercício e pistas temporárias de aterragem. Os objetivos, os pontos de referência, etc. são retirados após o seu uso, devendo todas as marcas de localização dos objetivos ficar ao nível do solo ou enterrados. A unidade só poderá servir-se dele dentro dum planeamento da sua utilização” (manual pag.5-8).

² Distâncias inscritas na tabela da pagina 5-7 do MT 20-20.

³ Análise efetuada pelo Capitão de Engenharia Paulo Ferreira do Gabinete de Tática e Técnica de Proteção da Direção de Formação da Escola das Armas.

à distância compreendida entre os 500m e os 780m, temos aumentar a distância de ricochete máximo lateral (25m) e longitudinal (80m).

Para o cálculo da Zona de Segurança, utilizando cargas 1 e 2, recomenda-se a distância de 100m para a direita e esquerda, 100m para a retaguarda e 200m para a frente o objetivo.

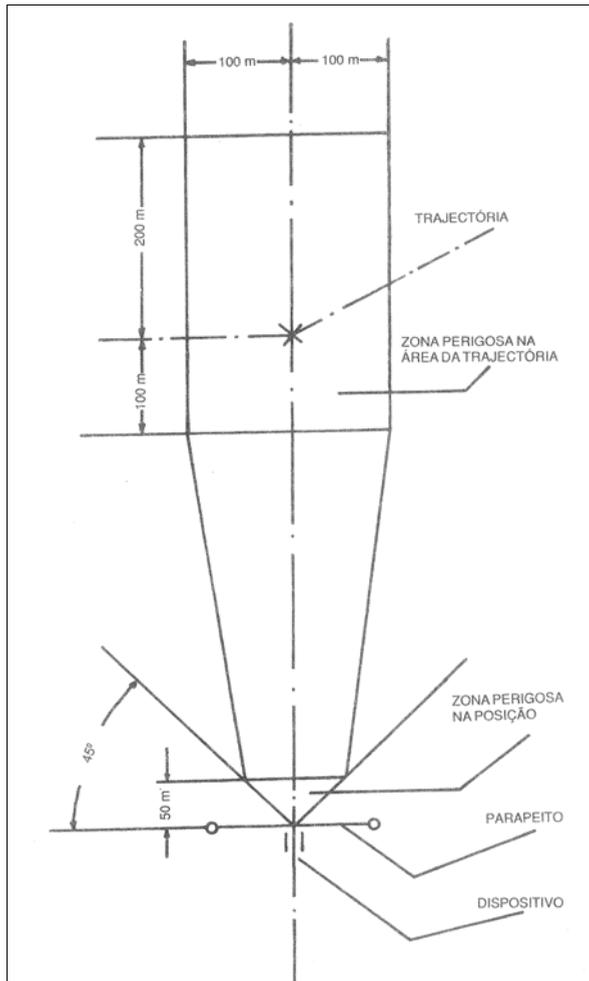


Figura 4 – Zona de Segurança Recomendada para Carga 1 e 2.

Depois de estabelecermos a Zona de Segurança, tivemos de, em coordenação com o oficial de tiro da EA, descortinar a área que devemos interditar, assim como, quantos postos de segurança temos de implementar para realizarmos o nosso tiro. Verificámos no terreno todos os eixos de aproximação possíveis à nossa área de segurança e concluímos que a área a interditar, assim como os postos de segurança a implementar, são os que se indicam na figura seguinte (Figura 4).

Nesta fase inicial os postos de segurança devem ser ocupados por militares da Escola, podendo no futuro, serem substituídos, alguns deles, por placas indicativas da realização de Fogos Reais (Figura 5).

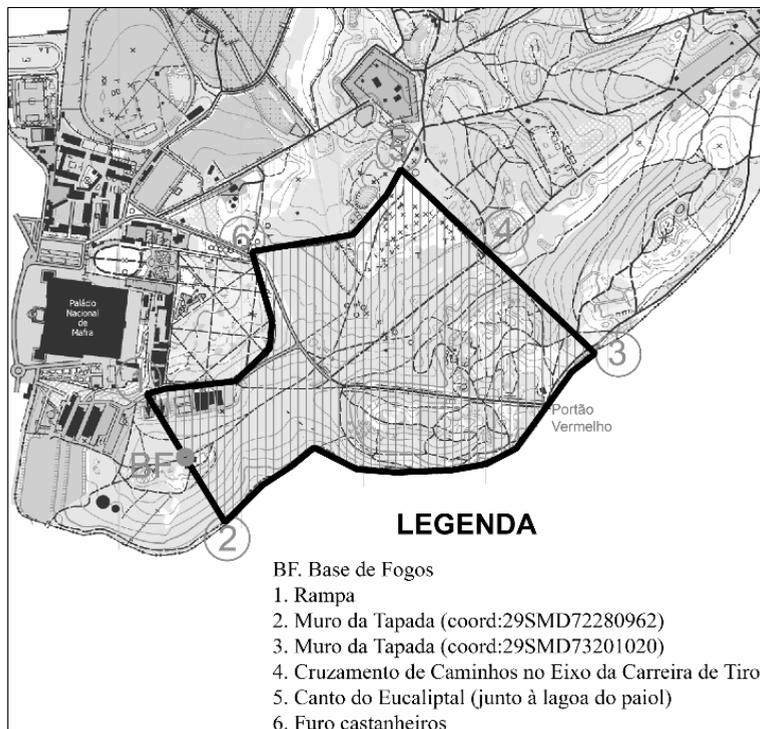


Figura 5 – Área a interditar para realização do Tiro de Artilharia de Campanha com Calibre Reduzido 14,5mm.

Para a realização de Fogos Reais no “Polígono de Mafra” devemos ter em consideração da área a interditar, verificando a implementação de todos os postos de segurança e a sua constante monitorização, e o cumprimento de todos os parâmetros estipulados no Memorando de Segurança que se segue (Figura 6).



ESCOLA DAS ARMAS
DIRECÇÃO DE FORMAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO
GABINETE DE TÁTICA E TÉCNICA DE FOGOS

MEMORANDO DE SEGURANÇA DO TIRO

POSIÇÃO-ÁREA: ALTO DA VELA COORDENADAS: 71991 . 09543 . 321

UNIDADE: EA SUBUNIDADE: XXXX CURSO: XXXXXX

DATA/HORA: xx de XXXXXXXX de XXXX das XX:XX às XX:XX

MATERIAL: Calibre Reduzido 14,5mm TIPO DE TRAJECTORIA: MERGULHANTE/VERTICAL

MUNIÇÕES

GRANADA		ESPOLETA	
TIPO	MODELO	TIPO	MODELO
Treino 14,5mm	3F431.1305.01	P	
Treino 14,5mm	3F431.1305.03	T	6s

CARGAS: MÍNIMA: 1 MÁXIMA: 2

LIMITES DA ÁREA DE IMPACTOS

RUMO DE VIGILÂNCIA: 0980 milésimos

DIRECÇÃO (RUMOS) **ALCANCES**

ESQUERDO: 0860 milésimos MÍNIMO: 580 metros

DIREITO: 1100 milésimos MÁXIMO: 710 metros

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

RDO1 : 3111 milésimos RDO2 4965 milésimos

Cota Máxima para Alcance Mínimo: 286m

Cotas Mínima para Alcance Máximo: 260 m

APROVADO
O COMANDANTE

A não observância dos parâmetros fixados no Memorando de Segurança
IMPLICA A IMEDIATA SUSPENSÃO DO TIRO

Figura 6 – Memorando de Segurança – Alto da Vela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como farol a utilização do Calibre Reduzido no ano letivo 2014/15 todos os esforços foram canalizados para a criação do Polígono de Mafra e para a obtenção do dispositivo de Calibre Reduzido M31.

As vantagens na utilização deste dispositivo são bastante evidentes, tornando-se num complemento importante à consolidação da FGMTT ministrada nesta Escola. É assim possível, sem sair da Escola e com um custo inferior, praticar os procedimentos da Escola de Secção, do Cálculo e da Observação do Tiro de AC. No entanto, e apesar dos esforços, ainda não foi possível obter as lunetas próprias do dispositivo, estando o calibre reduzido a ser utilizado unicamente acoplado ao obus (M114 ou M119), que apesar de trazer algumas vantagens, obriga necessariamente a um maior emprego de meios, sem haver necessidade, como por exemplo numa formação unicamente de observação.

Durante o presente ano, ainda não foi possível implementar aquilo que, num futuro próximo, é o nosso objetivo, executar sessões de fogos reais com o calibre reduzido no final de cada módulo, consolidando assim a formação ministrada, e desenvolver no recém-criado Polígono de Mafra novas posições que possibilitem igualmente a execução de fogos de calibre reduzido de AC.

Considerando as vantagens que este sistema proporciona, deve ser sempre encarado como um complemento, já que as sessões de Fogos Reais (105mm e 155mm) não devem ser substituídas pelas sessões com o Calibre Reduzido.

BIBLIOGRAFIA

- Feliciano, H. (2007). A Evolução Recente da Simulação na Artilharia de Campanha Portuguesa. *Boletim da Escola Prática de Artilharia*. Ano VIII/II Série, 33-42.
- Ferreira, R. (1990). *Dispositivo de Tiro Reduzido de Artilharia de Campanha Calibre 14,5mm*. Ministério da Defesa Nacional, Exército Português, Estado-Maior do Exército, Lisboa.
- Hughes, Lieut T. (1960). A New Artillery Trainer for Gunnery practice. *Artillery Trends*. Julho. Recuperado em 16 de Junho de 2014, em <http://sill-www.army.mil>

- Joyce, R. (1983). Army Regulation 385-63 MCO P3570.1A, *Policies and Procedures for Firing Ammunition for Training, Target Practice, and Combat*. Headquarters, Departments of the Army and Navy, Washinton, DC.
- RABAÇO, A. (2003), Dispositivo de Calibre Reduzido 14,5mm. *Revista de Artilharia*. Nº935 a 937, 267-276.
- Zierak. Maj R. (1970). Mini-Training. *The Field Artilleryman*. Abril. Recuperado em 16 de Junho de 2014, em <http://sill-www.army.mil>



ESPAÇO DE CULTURA E HISTÓRIA MILITAR

Evolução Conceptual: CAMPO DE BATALHA vs AMBIENTE OPERACIONAL

Pelo Major de Artilharia
VÍTOR MANUEL FERREIRA LOPES

I. GENERALIDADES

Ao longo dos séculos, a história militar tem registado a evolução da forma como têm sido empregues as forças militares, naturalmente que condicionadas pelos meios disponíveis, pelo conhecimento, pelo desenvolvimento tecnológico, entre outros fatores caracterizadores da correspondente época.

Embora uma das constantes na história seja a mudança, há um fator que se tem mostrado imutável e determinante – a relação entre os êxitos alcançados nas campanhas militares e o profundo conhecimento dos fatores envolventes – os quais designamos como ambiente operacional.

A análise e o estudo do ambiente operacional tem necessariamente de se constituir como objetivo permanente, que, conforme a história tem provado, não depende exclusivamente das capacidades ou do potencial das forças, mas sim do conhecimento perfeito da realidade e das variáveis envolventes, assim como da capacidade adaptativa que os Comandantes e Forças Militares colocam no emprego do seu potencial.

Nas últimas décadas, o ambiente e cenário da conflitualidade internacional, tem sido palco de profundas e marcantes alterações:

- O século XX testemunhou duas guerras mundiais que, pela sua dimensão, letalidade e efeitos causados nos Campos de Batalha e nas populações, marcaram de forma permanente a memória da humanidade;

- No pós-Segunda Guerra Mundial e até 1989, o cotidiano da conflitualidade mundial foi marcado pela bipolaridade do sistema político e militar internacional – a Guerra Fria – cuja estratégia dominante foi a dissuasão nuclear e a massificação dos exércitos convencionais, mas cuja ameaça estava perfeitamente caracterizada e tipificada.
- Mais tarde, em 1989 com a queda do muro de Berlim, o desmembramento da União Soviética, e consequente dissolução do Pacto de Varsóvia, veio criar uma espécie de vácuo na tipificação e caracterização da ameaça, conduzindo as nações ocidentais a orientar, em parte, a atuação das Forças Armadas, para o cumprimento de uma nova tipologia de missões – as operações de resposta a crises, genericamente designadas como Operações de Apoio à Paz.
- Contudo, em 11 de Setembro de 2001, os ataques aos Estados Unidos da América, trouxeram alterações profundas à forma de encarar as ameaças e a conflitualidade, alterando-se desde então, e de forma profunda, o paradigma da conflitualidade. Surge em larga escala a ameaça terrorista.
- Assim, novas questões se levantaram – Quem é este inimigo? Onde se localiza? Como combate? E como se combate?

Estes acontecimentos, esta assimetria de atuação, e a incerteza quanto às respostas a estas questões, despertaram as nossas consciências para a realidade da existência de um novo paradigma na caracterização do ambiente operacional.

II. FATORES INFLUENCIADORES DO AMBIENTE OPERACIONAL

Para um completo entendimento das condicionantes do atual ambiente operacional torna-se necessário ir além do conhecimento dos sistemas inimigos, adversários, amigos e neutrais. Torna-se fundamental entender o ambiente físico, a governação, a tecnologia, os recursos locais e a cultura da população local, fatores que afetam e condicionam significativamente a atuação e execução das operações das forças terrestres, de entre os quais se destacam, entre outros:

- **A globalização e a Tecnologia**, nomeadamente quanto à facilidade de obtenção, da utilização de informação e equipamentos avançados e de onde poderão advir os mais diversos proveitos.
- **As Constantes Alterações Demográficas, e a crescente urbanização**, estimando-se que em 2020, cerca de 70% da população viva nas grandes áreas urbanizadas.

- **O aumento das necessidades de recursos essenciais:** nomeadamente de energia, água potável e alimentação para uma população em contínuo crescimento;
- **E finalmente os Estados falhados** e a possibilidade de se constituírem como santuários de organizações extremistas, onde poderão desenvolver a sua atividade sem qualquer controlo.

São estas, entre outras, as variáveis e os fatores que caracterizam o atual ambiente operacional os quais se constituem como potenciadores de situações de instabilidade e que poderão condicionar a atuação das forças militares em geral e das terrestres em particular.

III. A NATUREZA DA AMEAÇA

As atuais ameaças manifestam-se através de Estados-nação, organizações, pessoas, grupos, condições, ou fenómenos naturais com capacidade para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais, ou instituições.

Além da comum categorização das ameaças em **Tradicionais, Irregulares, Catastróficas e Desestabilizadoras**, devemos ainda considerar importantes fatores adicionais, que, não se constituindo como ameaças, influenciam a sua atuação, potenciando-a ou reduzindo-a, nomeadamente:

- **A opinião pública (internacional e nacionais)**, capazes de, por si só, determinarem o evoluir de um conflito, dada a influência intangível que detém junto dos contendores.
- **Os órgãos de comunicação social** que detém hoje em dia um papel de enorme relevância, condicionando o ambiente operacional e o emprego de forças.
- **E as Organizações Não Governamentais**, que podem condicionar a atividade operacional se se encontrarem fisicamente presentes nas Áreas de Operações, com voz ativa e muitas vezes com uma agenda própria.

IV. VARIÁVEIS OPERACIONAIS E VARIÁVEIS DE MISSÃO

No planeamento das ações militares nomeadamente, durante a condução do processo de decisão militar, devem ser analisados cuidadosamente o ambiente operacional nas suas diversas variáveis operacionais:

- **Política** (legitimidade das estruturas e processos políticos, autoridades formais, grupos e partidos da oposição, poderes políticos informais);
- **Militar** (capacidades das FA dos Estados envolvidos no conflito, forças paramilitares, forças de guerrilha e todas as forças não diretamente envolvidas);
- **Economia** (comportamentos individuais e coletivos relacionados com a produção, distribuição e consumo dos recursos);
- **Social** (caracterização das diferentes estruturas sociais existentes num determinado ambiente operacional);
- **Informação** (o ambiente de informação é o espaço físico e virtual onde a informação é recebida processada e tratada);
- **Infraestruturas** (esta variável inclui as infraestruturas básicas, serviços e instalações necessários ao funcionamento da sociedade).

Estas variáveis estão essencialmente vocacionadas para a caracterização dos aspetos humanos do ambiente operacional, e que naturalmente se revestem de particular importância, uma vez que os conflitos ocorrem maioritariamente no seio das populações. Contudo, para uma completa análise, torna-se fundamental retratar também as variáveis seguintes:

- **Ambiente Físico** (geografia, meteorologia e alterações provocadas pelo Homem);
- **Tempo disponível** (estimando-se de que forma é que a maior ou menor duração de uma operação poderá beneficiar ou prejudicar cada um dos lados).

De igual forma, ao nível tático, o comandante tem de focalizar a sua análise nos elementos específicos do ambiente que se aplicam à sua **missão**. Uma vez recebida a ordem, o comandante tático focaliza a sua análise nas variáveis de missão: **missão, inimigo, terreno e condições meteorológicas, meios, tempo disponível e considerações de âmbito civil (MITM-TC)**.

O comandante tático deverá empregar as variáveis da missão para sintetizar as variáveis operacionais e a informação tática.

Contudo deverá ter permanentemente presente que as suas forças interagem com a população em vários níveis, quer sejam categorizados como inimigo, adversário, apoiante ou neutrais.

Esta característica revela-se como uma das principais razões para a complexidade das operações terrestres, face ao facto de potencialmente, na sua área de operações, inimigos, adversários, apoiantes ou neutrais se encontrarem misturados, não sendo fácil distingui-los.

A integração da análise operacional nas variáveis de missão (ou fatores de decisão), nomeadamente os fatores humanos, revela-se fundamental, contudo, requer pensamento crítico, aprendizagem e adaptação contínuas.

Só desta forma é possível, aos mais baixos escalões, desenvolver a compreensão das variáveis sociais, políticas, culturais na área de operações, que possam influenciar as atividades desenvolvidas pela sua unidade (nomeadamente a língua, a cultura, a geografia, a história, a educação, as crenças, e as motivações).

V. A NATUREZA DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

Na conduta das operações terrestres, além das variáveis anteriores, há ainda a considerar os fatores relacionados com a relação entre os diversos instrumentos de poder presentes num mesmo Teatro de Operações, nomeadamente a sincronização, coordenação e integração das atividades de todas as entidades governamentais e não-governamentais com as operações militares obtendo o que podemos designar de **Unidade de Ação** ou unidade de esforços.

Adicionalmente, as operações militares da atualidade, quer por via de coligações, quer por via de alianças, são na sua quase totalidade **operações combinadas**, situação que materializa vantagens mas que simultaneamente obriga a enfrentar diversos desafios, nomeadamente os relacionados com as diferenças culturais, linguísticas, de interoperabilidade, de procedimentos e equipamentos, de diferentes restrições ao uso da força por cada contingente (caveats), bem como as dificuldades de comando e controlo associadas a estas variáveis.

Além das características referidas, exigem-se ainda capacidades adicionais às modernas forças militares, e que vão ao encontro da necessidade de rapidamente **projetar e empregar as forças** e de **conduzir operações por períodos prolongados** assim como, de fazer face à **incerteza, ao acaso, à fricção e à complexidade**.

A necessidade de rapidamente **projetar e empregar as forças**, garantida através da capacidade expedicionária, assim como, a capacidade de **condução de operações por períodos prolongados** reveste-se de particular importância, sendo que a defesa e a segurança de um Estado, impõe cada vez mais que as suas forças militares sejam empregues em Teatros de Operações, a grandes distâncias das suas fronteiras geográficas, por períodos prolongados e em ambientes diversificados.

A capacidade de conduzir **o combate próximo** é fundamental, uma vez que as forças terrestres reúnem as capacidades indispensáveis e únicas para estreitar o combate com vista à destruição ou captura do inimigo ou adversário, quer com recurso às suas unidades de manobra quer de apoio de fogos.

Fundamental é também a capacidade de reação perante **a incerteza, o acaso e a fricção** que sempre caracterizaram o combate terrestre, nomeadamente perante todos os fatores imponderáveis que estão fora do controlo dos comandantes, só ultrapassáveis através de uma elevada capacidade de liderança, de organizações flexíveis, tecnologia fiável, e informações oportunas e precisas.

E finalmente, **o futuro ambiente operacional que continuará, certamente, complexo**. Neste âmbito, as forças terrestres devem deixar de estar, exclusivamente, orientadas para o combate letal, para se passarem a orientar para uma complexa fusão de ações letais e não-letais dirigidas para inimigos, adversários e população local.

É neste contexto que as forças terrestres terão de operar, integrando, não só forças de outros exércitos como também um elevado número de organizações, governamentais e não-governamentais.

VI. OS DESAFIOS

Face à diversidade de fatores influenciadores e condicionantes que caracterizam o ambiente operacional, impõem-se às forças militares grandes desafios:

Ao nível da Doutrina:

Um exército moderno deve ter capacidade para aprender e adaptar-se a esses desafios. Para isso, as organizações aprendem continuamente com a experiência – própria ou de outros – e aplicam os novos conhecimentos a cada situação.

Ao nível da Organização:

O Exército deve ser suficientemente versátil para operar com sucesso em todo o espetro do conflito, desde a paz estável à guerra generalizada. As suas unidades devem ser suficientemente ágeis para, rapidamente, se orientarem de uma forma de conflito para outra. As mudanças e adaptações que anteriormente duravam anos, precisam agora de ser rapidamente identificadas e implementadas. As soluções têm de ser introduzidas pelas forças no espaço de semanas e serem continuamente adaptadas de forma inovadora à medida que o inimigo ou adversário aprende a contrariá-las.

Ao nível do Treino e da Formação:

É através do treino que os soldados, comandantes e unidades alcançam a competência técnica que lhes garante a confiança necessária para conduzir

operações com sucesso em todo o espectro do conflito. O treino sistemático, sob condições o mais próximo possível da realidade, e orientado para a missão prepara os militares e as unidades para a projeção e para o combate, e dá-lhes as competências necessárias para criar ambientes estáveis.

Ao nível dos materiais e equipamentos:

Um Exército moderno, apto a operar neste ambiente repleto de restrições e condicionamentos, necessita de equipamentos adequados às exigências desta complexidade, que cumpram os adequados requisitos de proteção, fiabilidade, interoperabilidade e precisão.

Finalmente, ***ao nível da Liderança:***

Os líderes militares em cada escalão terão de ser ágeis e com uma grande capacidade de adaptação, aptos a enfrentar os desafios das operações em todo o espectro numa era de conflito persistente. Os atuais líderes militares deverão ser:

- Competentes e proficientes;
- Capazes de operar em todo o espectro do conflito;
- Capazes de operar em ambientes conjuntos nacionais e internacionais;
- Culturalmente perspicazes e com capacidade para usar essa característica para conduzir operações de forma inovadora;
- E também, serem detentores dos adequados valores militares.

VII. CONCLUSÕES

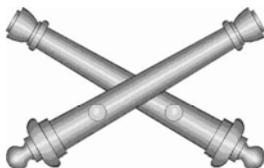
- O atual sistema internacional caracteriza-se fundamentalmente por constantes e importantes mudanças a nível local, regional e global que, embora tenham gerado oportunidades de progresso e desenvolvimento, têm também potenciado o surgimento de situações de instabilidade e um estado de conflito persistente ou de paz volátil entre os diversos atores;
- O ambiente operacional, para além de continuar a ser violento, física e mentalmente esgotante, será crescentemente complexo, coexistindo num mesmo espaço e período temporal, conflitos armados e crises humanitárias que, conjugados com a tendência para os inimigos e adversários se misturarem com a população, incrementam significativamente os riscos para os combatentes e não combatentes;

- No que concerne à ameaça, não sendo nova, atingiu novas e relevantes expressões. Estados, nações, atores transnacionais e entidades não estatais continuarão a desafiar e a redefinir a distribuição global do poder, o conceito de soberania e a natureza da guerra, danificando e destruindo vidas humanas, recursos vitais, e instituições. Para enfrentar estas ameaças continuará a ser necessário envolver e empregar todos os instrumentos de poder – diplomático, informacional, económico e, crescentemente, o militar;
- Neste enquadramento, os requisitos exigidos às forças militares, nomeadamente quanto às novas tipologias de missões a desempenhar, de alargado espetro, em ambiente internacional, com crescentes requisitos tecnológicos, expedicionários e de atuação prolongada, associados às restrições do seu emprego, particularmente quanto à redução dos orçamentos, ao aumento dos constrangimentos legais e morais, e à menor tolerância para a ocorrência de baixas, estarão necessariamente sujeitas à atribuição de missões cada vez mais exigentes, desafiantes e difíceis de cumprir;
- Neste âmbito, aos comandantes e líderes militares exigir-se-á, cada vez mais, competência e aptidão para fazer operar as suas forças, pois terão de ser extremamente perspicazes para obter, em tempo real, as informações sobre os acontecimentos que ocorram durante as operações, compreender a ameaça e explorarem as oportunidades que surjam, tendo consciência dos seus efeitos e das consequências do sucesso e fracasso das mesmas; adicionalmente, como comandantes e líderes têm a responsabilidade máxima em dotar e desenvolver em permanência nos seus militares a formação, treino e coesão que lhes permitam atuar nesta envolvente complexa, conferindo-lhes competências e autonomia de atuação, dentro das suas intenções e das Leis Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PDE 3-00 Operações, 2012
- FM 3-00 Operations, 2008
- AJP-3.2 Land Operations

NOTÍCIAS DA NOSSA ARTILHARIA



NOTÍCIAS DO RAAA1

TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº1

Em 08Jan15 tomou posse como Comandante do RAAA1 o ExmoCoronel de Artilharia José Augusto Oliveira Costa dos Reis.

O novo Comandante, foi recebido na Porta de Armas pelo TCorArtVitor Oliveira, 2º Comandante e pelo SMorArt António Nascimento, Adjunto do Comandante.



Na cerimónia militar, o Comandante do RAAA1 recebeu o Estandarte Nacional das mãos do 2º Comandante, após o que usou a palavra, referindo a honra e o orgulho de comandar o Regimento, destacando-se a exortação feita a todos os Oficiais, Sargentos, Praças e Funcionários Cíveis a adotarem “*nos tempos conturbados e de incerteza que vivenciamos*” os princípios éticos da virtude e da honra.

O ExmoCor ArtCosta dos Reis afirmou contar com a dedicação, competência, profissionalismo, espírito de bem servir e pró atividade de todos quantos servem neste Regimento, afirmando que só deste modo será possível ao RAAA1 atingir todas as metas e desafios agora elencados pelo novo Comandante.

Seguiu-se a apresentação de cumprimentos na Biblioteca “*Caetano de Souza*” e a regulamentada revista à Unidade.

CAMPEONATO DESPORTIVO MILITAR DE ORIENTAÇÃO FASE II NO REGIMENTO DE ARTILHARIA ANTIAÉREA Nº1

Decorreu no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 no período de 10 a 12 de fevereiro de 2015 o Campeonato Desportivo Militar de Orientação Fase II da Brigada de Intervenção.

Estiveram presentes delegações do Comando e Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, do Regimento de Infantaria Nº13, do Regimento de Infantaria Nº14, Regimento de Infantaria Nº19, Regimento de Artilharia Nº5, Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, Regimento de Cavalaria Nº 6, Regimento de Engenharia Nº 3 e do Regimento de Transmissões.

A competição desenrolou-se nos arredores de Janas, Sintra e contou com os seguintes vencedores individuais:

- 1º Escalão Feminino, 1º Cabo RC Nelma Alves do Regimento de Infantaria Nº 13;
- 1º Escalão Masculino, Segundo-S argento de Artilharia Mário Silva do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1;
- 2º Escalão Masculino, Primeiro-Sargento de Infantaria Jorge Moura do Regimento de Infantaria Nº 13;
- 3º Escalão Masculino, Sargento-Ajudante de Infantaria Frederico Bessa do Regimento de Infantaria Nº13.

Coletivamente apuraram-se os seguintes vencedores:

- Escalão Feminino, Regimento de Engenharia Nº3;
- 1º Escalão Masculino, Regimento de Infantaria Nº13;
- 2º Escalão Masculino, Regimento de Infantaria Nº13;
- 3º Escalão Masculino, Regimento de Infantaria Nº13.

Na prova por estafetas venceram as seguintes equipas:

- Escalão Feminino, Regimento de Engenharia Nº3;
- 1º Escalão Masculino, Regimento de Infantaria Nº13;
- 2º Escalão Masculino, Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1;
- 3º Escalão Masculino, Regimento de Infantaria Nº 13.

O Regimento de Infantaria Nº13 viria a averbar ainda 12 pontos para o troféu de Mérito Desportivo da Brigada de Intervenção.

Esta competição contou com o apoio da Escola Prática de Serviços, Direção de Comunicações e Sistemas de Informação, Regimento de Transportes, Centro de Tropas Comandos e da Escola das Armas.



Na cerimónia de encerramento, o Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea Nº1 Coronel de Artilharia, José Augusto Oliveira Costa dos Reis, referiu a importância deste género de competições, que potenciam a coesão e união no seio da Brigada de Intervenção, esperando ainda que a organização do evento tenha ido ao encontro das expectativas de todas as delegações presentes.



NOTÍCIAS DO RA 4

EXERCÍCIO “PINHAL 151”

No âmbito do Plano de Treino do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) do Regimento de Artilharia Nº 4 (RA4) da Brigada de Reação Rápida (BrigRR) a 2ª Bateria de Bocas de Fogo realizou o exercício “PINHAL 151”.

O exercício envolveu cinquenta e nove militares, treze viaturas e seis Morteiros Pesados 120mm (MortP) e teve lugar nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2015 nas Matas Nacionais de Leiria.

Consubstanciando a fase de consolidação de procedimentos ao nível de Bateria que antecede o exercício setorial do GAC/RA4/BrigRR, o Exercício PINHAL 151 centrou-se no treino ao nível de Bateria de Bocas de Fogo a seis secções de MortP, materializando a dupla valência, nomeadamente na validação de procedimentos técnicos e táticos inerentes ao Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posições (REOP), condução de missões de tiro (simuladas), montagem de postos de observação de Observadores Avançados, procedimentos de Transmissões, treino de medidas ativas e passivas na defesa da posição, condução e navegação em todo-o-terreno, incidentes com colunas e treino técnico das Sec MortP, PCT e OAV.



NOTÍCIAS DO RA 5

VISITA DO COMANDANTE DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

No dia 15 de dezembro de 2014, o Exmo. Comandante da Brigada de Intervenção (BrigInt), MGen Carlos Henrique de Aguiar Santos, efetuou uma visita ao Regimento de Artilharia N.º 5 (RA5).

O Exmo. MGen Aguiar Santos chegou à Unidade pelas 10H30, tendo sido recebido no átrio do Edifício de Comando pelo Comandante do RA5, Cor Art António José Pardal dos Santos, 2º Comandante, Comandante do GAC, Adjunto do Comandante e Oficiais do Estado-Maior.

Durante a visita, o Comandante da BrigInt passou pelas Secções de Estado-Maior, bem como pelas diversas dependências do RA5, tendo na circunstância formulado votos de boas



festas a todos quantos servem na Unidade, e feito uma breve alusão aos desafios futuros para o ano de 2015.

O Exmo. MGen Aguiar Santos, teve ainda oportunidade de contactar com os militares do 2º CFGCPE em instrução e respetivas equipas de instrução.

No final da visita, seguiu-se um aperitivo na Sala de Sargentos e o almoço na Messe de Oficiais, onde para além dos



Oficiais, estiveram presentes ao nível da classe de Sargentos, o Adjunto do Comandante do RA5, os Sargentos-Chefes da Unidade e Adjuntos dos Comandantes das Subunidades, bem como uma representação de Praças e Civis da Unidade.

1º CURSO DE OPERADOR DO BATTERYCOMPUTERSYSTEM 2015

No período de 19 a 30 de janeiro de 2015 decorreu neste Regimento o 1º Curso de Operador do BatteryComputerSystem (BCS) 2015, constituído por 4 Oficiais Subalternos (dois do RA5, um do RA4 e outro do GAC/BrigMec) e 2 Sargentos (um do RA4 e outro do GAC/BrigMec).

O Curso teve a duração de 10 Dias Úteis de Formação, em que foram ministradas algumas matérias, com enfoque no “Reconhecer e operar o BatteryComputerSystem” num total de 60 tempos de formação.



O Curso teve por finalidade habilitar os militares a desempenharem as funções inerentes aos cargos de Chefe do Posto Central de Tiro (PCT), Calculador, Operador e Formador na área do BCS.

Todos os Formandos obtiveram aproveitamento.

“APOIO TOPOGRÁFICO AO LAR DE SÃO SEBASTIÃO - CANHA”

Em 14 de novembro de 2014, o Regimento de Artilharia Nº 5 apoiou os trabalhos de campo que decorreram no Lar de São Sebastião, na freguesia de Canha, através de uma equipa de Topografia.

O trabalho topográfico efetuado, consistiu no levantamento de cotas de um troço para construção de uma estrada de acesso à parte exterior na retaguarda do edifício.

Foi ainda levantado um ponto de coordenadas conhecidas no topo do edifício para futuros trabalhos de campo.



NOTÍCIAS DO QUARTEL DA ARTILHARIA DA BRIGADA MECANIZADA

QUARTEL DA ARTILHARIA APOIA A “ASSOCIAÇÃO VIDAS CRUZADAS”

O Quartel da Artilharia (QArt), com participação do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) e da Bateria de Artilharia Antiaérea (BtrAAA), de acordo com espírito natalício que preenche esta época festiva, desenvolveu mais uma ação da solidariedade com a “Associação Vidas Cruzadas”, angariando roupa, brinquedos e alguns pequenos eletrodomésticos, tendo em vista gerar uma singela contribuição para a referida instituição.

No dia 18 de Dezembro, o Comando do GAC e da BtrAAA, fizeram a entrega dos bens recolhidos à Direção da “Associação Vidas Cruzadas” na Loja Social no Tramagal.



NOTÍCIAS DO GAC/BrigMec

1º CURSO DE CONDUTORES DE OBÚS M109A5 155MM

Realizou-se, de 02 a 06 Março de 2015, o 1º Curso de Condutor de Bocas De Fogo Autopropulsadas 155mm de 2015, tendo sido frequentado por 08 (oito) militares com a Especialidade 01 – Campanha colocados no Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada (GAC/BrigMec). Este curso destina-se a habilitar os formandos com as capacidades e conhecimentos



técnicos inerentes ao desempenho da função de Condutor de Obús M109A5 155mm.

O Curso teve a duração de 02 semanas de formação, sendo que a sua estrutura modular foi constituída por 04 módulos formativos, nomeadamente: Material (Obus AP M109A5 155mm), Condução, Manutenção e Equipamentos de Proteção BQ.

Neste curso foram empenhados 6 formadores pelos vários módulos formativos e utilizados 02 (dois) Obuses M109A5 155mm da 1ª Bateria de Bocas de Fogo do GAC/BrigMec.



NOTÍCIAS DA BtrAAA/BrigMec***SESSÃO DE FOGOS REAIS COM ARMAMENTO COLETIVO DA BTRAAA/BRIGMEC***

Em 11 e 16 de Dezembro de 2014 decorreram no Campo Militar de Santa Margarida duas sessões de fogos reais com armamento coletivo orgânico da Bateria de Artilharia Antiaérea da Brigada Mecanizada (BtrAAA/BrigMec), com uma duração total de quatro horas, realizadas no âmbito do ciclo de treino operacional da Unidade, para além das sessões de fogos reais com sistemas de armas de Artilharia Antiaérea que decorrem no âmbito de



exercícios técnicos específicos.

Para tal a BtrAAA/BrigMec integrou a sessão de fogos reais organizada pelo 2º BIMec/BrigMec e ERec/BrigMec nas carreiras de tiro do Campo Militar de Santa Margarida, empenhando 12 militares, bem como o Lança Granadas (LG) 40mm HK-79, a Metralhadora Ligeira (ML) 7,62mm MG-42 e a Metralhadora Pesada (MP) Browning 12.7mm M2HB.



Esta atividade iniciou-se com o tiro de LG 40mm HK-79, tendo sido disparadas 14 granadas e na sessão subsequente foi executado o tiro de ML 7,62mm MG-42 com bipé na posição de deitado, numa média de 20 munições por militar, a par do tiro de MP Browning 12.7mm M2HB, foi executado a partir do reparo da VBTP M113, numa média de 30 munições por atirador.



Este treino provou ser de elevada importância para os militares desta Bateria, na medida em que foi possível aos atiradores empregarem este armamento orgânico, consolidando o treino realizado a montante e validando-o na execução de tiro real.

NOTÍCIAS DO RG 3

BtrAAA MINISTRA O "1º CURSO DE OPERADOR DE SISTEMA CANHÃO 2015"

Inserido no planeamento anual de atividades da Bateria de Artilharia Antiaérea (BtrAAA) do Regimento de Guarnição nº 3 (RG3) do ano de 2015, realizou-se na região de São Martinho – Funchal e na região da MATUR (Santa Cruz), de 10 de fevereiro a 13 de março o 1º Curso de Operador de Sistema Canhão.

Esta Formação tem como finalidade exercitar os Soldados recém-ingressados na BtrAAA, após o término do 2º Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército de 2014 (2º CFGCPE/14) e habilitar, estes militares, a desempenhar as funções ao cargo do Operador de Sistema Canhão Bitubo AA 20mm.



Este curso baseou-se em preparar os militares a identificar, operar e manter o armamento orgânico de uma BtrAAA, reconhecer visualmente aeronaves bélicas consideradas NATO ou NÃO NATO que voem no espaço aéreo, identificar os conceitos da Tática de Artilharia Antiaérea e desempenhar as tarefas com vista a operar o Sistema Canhão Bitubo AA 20mm.

Contemplou também momentos de avaliação, bem como, um exercício final, na região da MATUR (Santa Cruz) para culminar o treino para os formandos. Esta é a única zona que nos proporciona o treino da observação/deteção das aeronaves de asa fixa e posterior execução dos procedimentos com os respetivos Sistema de Armas.



NOTÍCIAS DA ESCOLA DAS ARMAS***CURSO DE COMANDO E CONTROLO DO ESPAÇO
AÉREO NA ZONA DE COMBATE DO EXÉRCITO
(C2EAZCE)***

Decorreu na Escola das Armas, entre 25NOV e 16DEC o Curso de C2EAZCE, edição de 2014, com o objetivo de habilitar os 5 oficiais formandos a desempenhar as funções inerentes aos cargos de Oficial de Operações para o Apoio Aéreo, Oficial de Operações para a Coordenação do Espaço Aéreo do Grupo de Artilharia Antiaérea, Adjunto do Oficial de Operações para a Coordenação do Espaço Aéreo do GAAA, Formador na área de Comando e Controlo do Espaço Aéreo e Oficial de Defesa Aérea na célula de operações de uma CJTF.

***FOGOS REAIS EM SANTA MARGARIDA DO TPOA 14/15
E 42ºCFSA***

No âmbito da formação dos Tirocínios (TPO) e dos Curso de Formação de Sargentos (CFS) das Armas, decorreu no período de 21 a 23JAN15, no Campo Militar de Santa Margarida o Exercícios de Fogos Reais Conjunto dos Tirocínios e do Curso de Formação de Sargentos das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

Este exercício, enquadrado na respetiva Formação Geral Militar Técnica e Tática (FGMTT) dos TPO e CFS, permitiu aos alunos das armas realizar fogos reais com os respetivos

sistemas de armas, nomeadamente, metrelhadora browning calibre .30 e .50, morteiros 60mm, 81mm e 107mm, carro de combate M60 A3 ATS e Obus M119 LG 105mm.

Os alunos de artilharia guarneceram uma BBF a duas de bocas de fogo, onde desempenharam os cargos correspondentes ao respetivo posto. Executaram missões de tiro de área, tiro de fumos, tiro iluminante e tiro simultâneo no objetivo com recurso a dois arcos de trajetória.

PROVAS DE PATRULHAS GENERAL SILVEIRA MACHADO E TENENTE-CORONEL PASSOS RAMOS



Em 28 de Janeiro de 2015, cumpriu-se mais uma das tradições da Artilharia, com a realização no Polígono de Tiro do Regimento de Artilharia nº 5 em Vendas Novas, das Provas General Silveira Machado e Tenente-Coronel Passos Ramos, a primeira no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA) 2014/15, e a segunda no âmbito do

42º Curso de Sargentos de Artilharia (CFSA).

As Provas tiveram como objetivos: aplicar os conhecimentos adquiridos durante as instruções de Educação Física Militar, Topografia, Técnica Individual de Combate, Técnica de Secção, Defesa Nuclear, Biológica e Química (NBQ), Material e Tiro de Artilharia de Campanha, Tiro de Artilharia de Campanha, Armamento e Tiro, testar a destreza física e intelectual dos alunos de Artilharia e avaliar a capacidade de reação a situações inopinadas.

Para a realização e avaliação das provas foram envolvidos 18 oficiais e 15 sargentos avaliadores e constituídas quatro patrulhas, sendo duas do TPOA 2014/15 e duas do 42º CFSA, com um efetivo médio de cinco militares por patrulha.



PARTE OFICIAL

I. LEGISLAÇÃO

a. DECRETOS-LEI

Decreto-Lei n.º 11/2015:

Procede à constituição da MM – Gestão Partilhada, E. P. E., com a natureza de entidade pública empresarial, por integração do estabelecimento fabril do Exército denominado Manutenção Militar, que é extinto.

b. DECRETOS REGULAMENTARES

Decreto Regulamentar n.º 2/2014:

Estabelece a estrutura orgânica e funcional do Hospital das Forças Armadas, bem como as competências dos respetivos órgãos e os princípios de gestão aplicáveis.

c. DESPACHOS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Despacho n.º 880-A/2015:

Saúde Operacional Assistencial – Reorganização do Sistema de Saúde Militar (SSM) - Manutenção da ADM na esfera do Ministério da Defesa Nacional

II. PESSOAL

A. OFICIAIS

1. CONDECORAÇÕES

Medalha de Serviços Distintos – Grau Prata

TCor Art (03452087) Hélder António da Silva Perdigão;
TCor Art (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida;
Maj Art (00440093) José Carlos Pinto Mimoso.

Medalha de Mérito Militar – 2ª Classe

Maj Art (03928991) Carlos Miguel Cruto Roque.

Medalha de Mérito Militar – 3ª Classe

Cap Art (01335396) Joaquim Maria Madruga Pisco;
Cap Art (14952096) João Miguel de Oliveira Capitulino;
Cap Art (15433596) Tiago Ramos da Graça Silva Nunes Páscoa.

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército 1ª Classe

Cor Art (00392880) Jaime da Silva Sequeira;
Cor Art (06398183) Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão.

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército 2ª Classe

TCor Art (09979389) Rui Arménio Chinita Sequeira Afonso;
Maj Art (01685694) Simão Pedro da Costa de Sousa.

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército 3ª Classe

Cap Art (15683195) António Costa Macedo Sousa Franco;
Ten Art (13200303) Vítor António Pereira Pinto.

Medalha Comportamento Exemplar – Grau Ouro

TCor Art (11903386) Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar;
TCor Art (10836685) José Manuel Vinhas Nunes;
TCor Art (01234286) Paulo Jorge Henriques de Sousa;
TCor Art (08431388) Luís Manuel Ricardo Monsanto.

Medalha Comportamento Exemplar – Grau Cobre

Ten Art (10451510) Ricardo Jorge Alves Mainha;
Ten Art (03223005) Marco Alexandre Dias Janeiro.

Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais

TCor Art (03452087) Hélder António da Silva Perdigão “Espanha 2011-14”;
TCor Art (13624889) Pedro Melo Vasconcelos de Almeida “Afeganistão 2014”;
Maj Art (03928991) Carlos Miguel Cruto Roque “Afeganistão 2014”;
Maj Art (10096989) Pedro José Fernandes Seabra da Silva “Afeganistão 2013-14”;
Cap Art (02386300) Carlos Emanuel Saraiva Lawrence “Afeganistão 2014”.

2. PROMOÇÕES

Coronel

TCor Art (00392880) Jaime da Silva Sequeira;
TCor Art (18003185) José Augusto Oliveira Costa dos Reis;
TCor Art (08431388) Luís Manuel Ricardo Monsanto.

Major

Cap Art (03753197) Sérgio Manuel Oliveira da Rocha;
Cap Art (23918392) João Paulo Catrola Martins;
Cap Art (03066797) Orlando Belarmino Soares Panza.

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

Cor Art (06097578) João Miguel de Jesus Marquito;
Cor Art (12680584) Nuno Manuel Monteiro Fernandes;
Cor Art (13199482) Álvaro José Estrela Soares;
TCor Art (11514688) Nuno Miguel Saraiva Sampaio.

B. SARGENTOS

1. CONDECORAÇÕES:

Medalha de Mérito Militar, 4.^a Classe

SAj Art (03447187) Elias da Silva Rodrigues;
SAj Art (19707291) José Luís Ribeiro Pimenta;
SAj Art (09655888) Joaquim Manuel Marques Robalo;
SAj Art (11596391) Rui Manuel Santos Nunes;
SAj Art (02733993) João Pedro Mateus Alves.

Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército – 4.^a Classe

SAj Art (11378188) Guilherme Alberto Cunha Fretes;
1Sarg Art (00331797) Rui Miguel Ferreira Pires.

Medalha Comportamento Exemplar – Grau Ouro

SCh Art (03948284) Floriano Manuel da Silva Neto;
SCh Art (18246784) Manuel Gomes de Matos.

Medalha Comportamento Exemplar – Grau Cobre

2Sarg Art (14750905) Vítor Hugo Pinto Saraiva;
2Sarg Art (04189102) Vítor Manuel Silvestre Dias.

Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais

1Sarg Art (11586401) Marcelo Miguel Oliveira Garcia “Afeganistão 2014”.

2. PROMOÇÕES

Sargento-Chefe

SAj Art (01177886) Vítor Manuel de Almeida Marques Alves.

3. PASSAGEM À SITUAÇÃO DE RESERVA

SMor Art (11752881) Victor Manuel Simões Barata;
SMor Art (17706382) Luís Filipe dos Santos Figueiredo;
SMor Art (02122479) José António Raposo Sousa;
SMor Art (03105280) Mário José Pereira Rebelo Cordeiro;
SCh Art (09403782) Domingos António Cristão Macedo.

4. OBITUÁRIO

dezembro 17 SAj Art (09630013) Adelino do Nascimento Fernandes.





*Mais de um Século de:
"Saber, Erudição, Dedicção e Serviço"*

